



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da
Informação e Documentação - FACE.
Departamento de Economia

A Mensuração da Desigualdade de Gênero: um Índice para os Estados Brasileiros

Monografia de conclusão
de curso de Bacharel em
Ciências Econômicas.
Universidade de Brasília – UnB.

Luísa Cardoso Guedes de Souza
Orientador: Carlos Alberto Ramos

Brasília
Agosto, 2012

SUMÁRIO

RESUMO	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
A DESIGUALDADE DE GÊNERO E SUA MENSURAÇÃO	10
CAPÍTULO 2	
O <i>GLOBAL GENDER GAP INDEX</i> (GGI)	13
CAPÍTULO 3	
O ÍNDICE NACIONAL DE DESIGUALDADE DE GÊNERO (INDG)	17
3.1 Metodologia do INDG	19
3.2 Resultados do INDG	20
i) Participação Econômica e Oportunidades	20
ii) Educação	29
iii) Poder Político	41
iv) Saúde e Sobrevivência	49
v) INDG	53
3.3 Análise dos resultados do INDG	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
APÊNDICE	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

LISTA DE FIGURAS

Figura I	
Distribuição geográfica do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero	56
Figura II	
Distribuição geográfica do Rendimento Mensal Familiar Per Capita Médio	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I	
Desempenho do Brasil no <i>Global Gender Gap Index</i> ao longo do tempo	16
Gráfico II	
Valores estaduais para a dimensão econômica do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero	29
Gráfico III	
Valores estaduais da dimensão de educação do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero	41
Gráfico IV	
Valores estaduais da dimensão política do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero	49
Gráfico V	
Valores estaduais da dimensão de saúde do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero	53
Gráfico VI	
Valores estaduais do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero	55
Gráfico VII	
Relação entre o Índice Nacional de Desigualdade de Gênero e a Renda Familiar Per Capita Média	59

LISTA DE TABELAS

Tabela I	
Estrutura do <i>Global Gender Gap Index</i>	14
Tabela II	
Desempenho do Brasil no <i>Global Gender Gap Index</i> ao longo do tempo	15
Tabela III	
Estrutura do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero	18
Tabela IV	
Participação no Mercado de Trabalho 2009	21
Tabela V	
Salário Médio Estimado em R\$ por Hora 2009	22
Tabela VI	
Dirigentes 2009	23
Tabela VII	
Profissionais Técnicos 2009	24
Tabela VIII (a)	
Disparidade salarial entre mulheres e homens ocupando a mesma posição 2009	26
Tabela VIII (b)	
Disparidade salarial entre mulheres e homens ocupando a mesma posição 2009	27
Tabela IX	
Resultado da dimensão de Participação Econômica e Oportunidades	28
Tabela X (a)	
Alfabetizados 2009	30
Tabela X (b)	
Alfabetizados 2009	31

Tabela X (c)	
Alfabetizados 2009	32
Tabela XI (a)	
Matrícula Líquida do Ensino Fundamental 2009	33
Tabela XI (b)	
Matrícula Líquida do Ensino Fundamental 2009	34
Tabela XI (c)	
Matrícula Líquida do Ensino Fundamental 2009	35
Tabela XII (a)	
Matrícula Líquida do Ensino Médio 2009	36
Tabela XII (b)	
Matrícula Líquida do Ensino Médio 2009	37
Tabela XII (c)	
Matrícula Líquida do Ensino Médio 2009	38
Tabela XIII	
Matrícula Bruta do Ensino Superior 2009	39
Tabela XIV	
Resultado da dimensão de Educação	40
Tabela XV (a)	
Parlamentares	
54 ^a Legislatura (2011-2015)	42
Tabela XV (b)	
Parlamentares	
54 ^a Legislatura (2011-2015)	43

Tabela XV (c)	
Parlamentares	
54ª Legislatura (2011-2015)	44
Tabela XV (d)	
Parlamentares	
54ª Legislatura (2011-2015)	45
Tabela XVI	
Secretários 2012	46
Tabela XVII	
Governadores	47
Tabela XVIII	
Resultado da dimensão de Poder Político	48
Tabela XIX	
Nascimentos 2009	50
Tabela XX	
Expectativa de vida 2009	51
Tabela XXI	
Resultado da dimensão de Saúde e Sobrevivência	52
Tabela XXII	
Resultado final do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero	54
Tabela XXIII	
Rendimento Mensal Familiar Per Capita Médio em R\$	57

RESUMO

Esta monografia estima a magnitude da desigualdade entre homens e mulheres em cada unidade federativa do Brasil. Com esse propósito, foi construído o Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG) com base no *Global Gender Gap Index*, que é formulado pelo Fórum Econômico Mundial. O INDG é composto por quatro dimensões – economia, educação, política e saúde – e foi elaborado a partir da coleta de dados governamentais online e de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009.

Os resultados do INDG são heterogêneos entre os estados brasileiros, principalmente no que tange à atividade econômica e à representatividade política. De forma geral, os estados do Norte e do Nordeste obtiveram pontuações maiores do que os estados do Centro-Sul, indicando que a renda parece não determinar de forma linear a desigualdade de gênero, não sendo assim possível conceituar o status das mulheres como um resultado direto do desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: gênero, índice de desigualdade, desenvolvimento, Brasil.

ABSTRACT

This study estimates the magnitude of inequality between men and women in each Brazilian state. To this purpose, the National Index of Gender Inequality (INDG) was developed based on the *Global Gender Gap Index*, which is formulated by the World Economic Forum. The INDG consists of four dimensions – employment, education, politics and health – and was drawn from the collection of online government data and microdata from the National Household Sample Survey (PNAD) of 2009.

The INDG results are heterogeneous among Brazilian states, mainly in relation to economic activity and political representation. In general, Northern and Northeastern states showed higher scores than Mid-Southern ones, indicating that income does not seem to linearly determine gender inequality and that it is therefore not possible to conceptualize women's status as a direct result of economic development.

Keywords: gender, inequality index, development, Brazil.

INTRODUÇÃO

Os papéis sociais e valores culturais tradicionalmente associados a homens e mulheres ainda estão incorporados às estruturas legais, econômicas e políticas que determinam o acesso e o controle de recursos na sociedade, reproduzindo e legitimando a sistemática da desigualdade de gênero.

Medir de forma multidimensional o quão desigual é a situação das mulheres em relação aos homens é uma iniciativa empreendida por organizações internacionais há menos de vinte anos, mas já de grande importância para o debate sobre a igualdade de gênero em todo o mundo. Contudo, órgãos brasileiros ainda não proveem esses indicadores a nível nacional e a produção acadêmica brasileira na área está focada na elaboração de índices de desenvolvimento humano e não exatamente de índices de desigualdade de gênero¹.

O objetivo deste trabalho monográfico, então, é calcular e comparar a desigualdade de gênero entre as unidades federativas do Brasil, de forma análoga à qual o *Global Gender Gap Index* (GGI) calcula e compara a desigualdade de gênero entre países. Nesse sentido, elaborou-se o Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG), que como o GGI, é composto por quatro dimensões e mede a desigualdade em aspectos econômicos, políticos, de educação e de saúde em catorze subíndices.

Dado esse objetivo, esta monografia é estruturada da seguinte maneira: o primeiro capítulo aborda a questão da mensuração da desigualdade de gênero, enfatizando os índices internacionais existentes. O segundo capítulo trata especificamente de um índice, o *Global Gender Gap Index* (GGI), elaborado desde 2006 pelo Fórum Econômico Mundial, além de examinar a performance do Brasil no GGI ao longo do tempo. O terceiro capítulo apresenta o Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG) para os estados brasileiros e é dividido em três seções: a metodologia utilizada para sua construção, os resultados obtidos e a análise dos resultados. Em seguida, são apresentadas as considerações finais.

¹ Ver SOARES (2010).

1. A DESIGUALDADE DE GÊNERO E SUA MENSURAÇÃO

O gênero é um constructo social, constantemente moldado e reconstituído, não sendo um termo substituto ao termo mulheres. Gênero é uma categoria relacional referente aos pressupostos sociais que constroem as diferenças entre homens e mulheres. O gênero é, então, a significação dada às diferenças sexuais entre os indivíduos.

Segundo Scott (1986), a essência da definição de gênero está na conexão entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais e significa primariamente relações de poder. Sendo o gênero a organização social da diferença sexual, ele não reflete a realidade biológica primeira, mas constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social pode derivar; ela é antes uma estrutura social móvel, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos.

De forma similar, para Foucault (1988), o gênero elabora a definição das identidades que abarcam homens e mulheres em esquemas de poder nas relações sociais e a desigualdade de todas as relações sociais, em todas as instâncias, expressa correlações de força que são o exercício do poder.

O poder, concentrado na esfera pública dominada majoritariamente por homens, constrói de forma binária a condição social de homens e mulheres. Assim, as distinções entre o gênero masculino e o feminino estruturam a desigualdade, tendo em vista as práticas e valores culturais que associam e impõem diferentes papéis e comportamentos ao exercício da masculinidade e da feminilidade.

Apesar dos avanços já feitos em busca da igualdade de gênero, os resultados são insatisfatórios (Benería, 2003). Nesse sentido, elaborar indicadores que possam refletir essa realidade da busca pela igualdade constrói quadros cognitivos sociais mais abrangentes, fundamentais para mover o debate teórico (Gadrey & Jany-Catrice, 2005).

Dessa forma, medir e analisar a situação das mulheres em relação à dos homens move a discussão sobre a igualdade de gênero de uma postura passional para um posicionamento baseado em argumentos objetivos, pois, geralmente, o que é medido e documentado é mais facilmente modificado e monitorado. Além disso, segundo Gadrey & Jany-Catrice (2005), a legitimidade de um indicador se constrói ao mesmo tempo que as convenções de sua avaliação. Assim, é possível afirmar que os

índices de desigualdade retratam uma dinâmica social que se preocupa em criar estruturas igualitárias.

Moser (2007) discute os diferentes tipos de abordagem de mensuração. A abordagem quantitativa permite resultados objetivos e verificáveis, possibilitando comparações. Dados quantitativos são geralmente obtidos por censos, pesquisas domiciliares ou registros administrativos, sendo interpretados usando métodos formais como testes estatísticos ou analisados por meio de inferência estatística e estatística descritiva.

As medidas puramente quantitativas são imperfeitas como indicadores de bem-estar e para avaliar desenvolvimento humano de forma abrangente, pois não podem apreender aspectos subjetivos da realidade. Mas têm importância para análises comparativas (Benería, 2003).

A abordagem qualitativa apreende aspectos subjetivos, como percepções e experiências. A coleta de dados se dá por entrevistas ou em grupos de discussões, podendo também ocorrer por meio de questionários de opinião. Entretanto, devido a sua subjetividade e as diferentes possibilidades de interpretação, é questionada a legitimidade dos indicadores qualitativos, levando-os a serem quantificados.

Essa quantificação dos dados qualitativos representa a abordagem combinada de métodos quantitativos e qualitativos, que permite verificações cruzadas e multidimensionais. Indicadores puramente quantitativos não são sensíveis, por exemplo, às relações de poder e ao exercício de liberdades (Moser, 2007).

Um dos indicadores mais difundidos é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede, além do PIB per capita, a escolaridade e a longevidade da população. O IDH foi criado em 1990 como uma alternativa aos indicadores que focavam apenas em variáveis econômicas para medir riqueza e bem-estar social. Contudo, os subíndices do IDH não são desagregados por sexo.

Então, em 1995, coincidindo com a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaborou os indicadores *Gender-Related Development Index* (GDI) e *Gender Empowerment Measure* (GEM).

Contudo, ambas as medidas possuem sérias restrições quanto à mensuração da desigualdade de gênero em si. O GDI é o IDH ajustado para homens e

mulheres, sendo assim considerado um indicador de desenvolvimento e não de desigualdade (KLASEN & SCHULER, 2011). O GEM concentra-se no acesso feminino a certos níveis de poder, o que restringe sua análise à apenas determinada classe social – as elites, especialmente dos países desenvolvidos, em áreas urbanas (BETETA, 2006).

O PNUD então, em 2010, substituiu o GDI e o GEM pelo *Gender Inequality Index* (GII), uma combinação dos índices anteriores que pretende solucionar suas limitações (UNDP, 2011). Já a organização Social Watch, em 2007, desenvolveu o *Gender Equity Index* (GEI). Similar ao GEM e em contraste ao GDI, o GEI analisa o poder político em adição à educação e à participação econômica (SOCIAL WATCH, 2007).

Deve-se ressaltar que a desigualdade de gênero não opera apenas no espaço público, mas também no privado. Dado que a esfera doméstica é geralmente vista como responsabilidade feminina, indicadores como a taxa de fecundidade por mulher e a taxa de mortalidade infantil podem também ser consideradas variáveis relevantes como medidas do trabalho reprodutivo das mulheres.

Em 2009, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) inovou ao abordar as causas institucionais da desigualdade de gênero, implementando um índice baseado nas tradições e normas sociais, o *Social Institutions and Gender Index* (SIGI). Composto por subíndices sobre leis de família, liberdades civis, violência, preferência por filhos do sexo masculino e direitos de propriedade, o SIGI complementa o arcabouço de medidas que focam em fatores econômicos (KLASEN & SCHULER, 2011).

Também focado em dimensões institucionais, é o *Women's Economic Opportunities Index* (WEOI), desenvolvido, em 2010, pela Economist Intelligence Unit, que analisa, dentre outras questões, a regulação do mercado de trabalho, as leis trabalhistas e previdenciárias e o acesso ao crédito (ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2010).

Os índices internacionais supracitados exemplificam que é possível que os diferentes indicadores revelem diferentes aspectos da desigualdade de gênero e, portanto, a posição dos países no ranking de desigualdade pode variar consideravelmente dependendo do índice adotado (MILLS, 2010).

2. O GLOBAL GENDER GAP INDEX (GGI)

Considerando que o GDI e o GEM não estão mais em vigor, o índice mais antigo em voga é o *Global Gender Gap Index* (GGI), elaborado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial desde 2006. O GGI quantifica a magnitude da desigualdade de gênero em mais de 100 países e também seu progresso ao longo do tempo.

Apesar de índices internacionais tenderem a formas quantitativas de mensuração, o GGI é inovador por combinar dados quantitativos aos qualitativos, estes obtidos pela *Executive Opinion Survey* do Fórum Econômico Mundial. Além disso, o GGI é um indicador abrangente, que mede as disparidades entre homens e mulheres em quatro dimensões: a econômica, com cinco subíndices; a de educação, com quatro subíndices; a política, com três subíndices; e a de saúde, com dois subíndices, no total de catorze subíndices, que são equivalentes a proporções entre os números relativos a mulheres e a homens.

Após serem calculadas cada uma das razões, é calculada a média dos subíndices de cada dimensão. Posteriormente, é calculada a média das quatro dimensões e esta será igual a pontuação final do país, que pode variar entre zero (máxima desigualdade) e 1 (igualdade).

Verifica-se, assim, em que medida o acesso a recursos entre homens e mulheres é igualitário, não importando a quantidade agregada desses recursos. Ou seja, o que está sendo avaliado é o quão desigual é a forma como homens e mulheres usufruem do estágio de desenvolvimento em que seu país se encontra e não o nível de recursos e oportunidades existentes no país. Dessa forma, o GGI não é um índice de desenvolvimento, mas de desigualdade.

Observa-se, por exemplo, no ranking do GGI de 2011, que apesar dos primeiros colocados serem a Islândia e a Noruega, países como Filipinas e Lesoto apresentam pontuações maiores do que as da Suíça, da Alemanha e da Bélgica (HAUSMANN, TYSON & ZAHIDI, 2011).

A Tabela I a seguir ilustra como o GGI está estruturado.

Tabela I
Estrutura do *Global Gender Gap Index*

Índices	Subíndices	Fontes
Participação Econômica e Oportunidades	Razão entre a participação feminina e masculina no mercado de trabalho	<i>Key Indicators of the Labour Market</i> da Organização Internacional do Trabalho
	Disparidade salarial entre mulheres e homens ocupando a mesma posição	<i>Executive Opinion Survey</i> do Fórum Econômico Mundial
	Razão entre o salário médio estimado de mulheres e homens	<i>Human Development Report</i> do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
	Razão entre a quantidade de mulheres e homens que ocupam altos cargos	<i>Human Development Report</i> do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
	Razão entre a quantidade de profissionais técnicos mulheres e homens	<i>Human Development Report</i> do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Educação	Razão entre a quantidade de mulheres e homens alfabetizados	<i>World Development Indicators</i> do Banco Mundial
	Razão entre a matrícula líquida ² de meninas e meninos no ensino fundamental	<i>Education Indicators</i> do Instituto de Estatística da UNESCO
	Razão entre a matrícula líquida de meninas e meninos no ensino médio	<i>Education Indicators</i> do Instituto de Estatística da UNESCO
	Razão entre a matrícula bruta ³ de mulheres e homens no ensino superior	<i>Education Indicators</i> do Instituto de Estatística da UNESCO
Poder Político	Razão entre a quantidade de mulheres e homens parlamentares	<i>National Women in Parliaments</i> da União Inter Parlamentar
	Razão entre a quantidade de mulheres e homens ministros	<i>E-Parliament Report</i> da União Inter Parlamentar
	Razão entre o número de anos de exercício de chefia de Estado por mulheres e homens	Cálculo elaborado pelo Fórum Econômico Mundial
Saúde e Sobrevivência	Razão entre expectativa de vida feminina e masculina	WHOSIS da Organização Mundial da Saúde
	Razão entre o número de nascimentos de meninas e meninos	<i>The CIA World Factbook</i> da Agência Central de Inteligência dos EUA

Fonte: HAUSMANN, TYSON & ZAHIDI, 2011.

² Matrícula líquida é definida pela UNESCO como a porcentagem de indivíduos de determinada faixa etária que estão efetivamente matriculados na série devida.

³ Matrícula bruta é definida pela UNESCO como o número total de indivíduos matriculados em determinado nível educacional independentemente de sua idade.

Todos os subíndices obedecem ao referencial de igualdade estabelecido entre 0 e 1. Contudo os subíndices da dimensão Saúde e Sobrevivência são uma exceção. É comum nascerem aproximadamente 5% a mais de meninos do que meninas, sendo estabelecido pelo Fórum Econômico Mundial um marco proporcional de igualdade de 0,94. Como também é esperado que as mulheres vivam naturalmente mais do que os homens, o marco de igualdade estabelecido é igual a 1,06.

Além disso, para todos os subíndices, o referencial de igualdade atribui a mesma pontuação igual a 1 para os países que atingiram a paridade entre homens e mulheres e para os países em que as mulheres ultrapassaram os homens.

O GGI brasileiro se manteve entre o quartil inferior e a mediana do ranking mundial do GGI de 2006 a 2011, apresentando nesse período uma pontuação média aproximadamente igual a 0,665 e um desvio padrão igual a 0,0062. As pontuações brasileiras gerais e de todas as dimensões ao longo dos seis anos analisados estão retratadas na Tabela II.

Tabela II
Desempenho do Brasil no *Global Gender Gap Index* ao longo do tempo

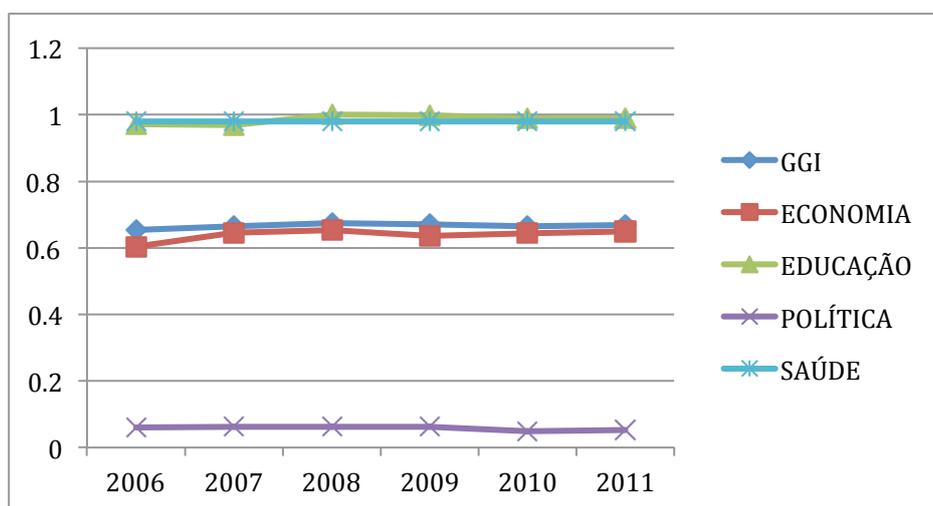
ANO	QTDE DE PAÍSES	GGI		PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA		EDUCAÇÃO		PODER POLÍTICO		SAÚDE	
		Ranking	Pontuação	Ranking	Pontuação	Ranking	Pontuação	Ranking	Pontuação	Ranking	Pontuação
2006	115	67	0.654	63	0.604	74	0.972	86	0.061	1	0.98
2007	128	74	0.664	62	0.645	84	0.969	96	0.062	1	0.98
2008	130	73	0.674	59	0.653	1	1	110	0.063	1	0.98
2009	134	81	0.67	75	0.637	32	0.999	114	0.063	1	0.98
2010	134	85	0.665	66	0.643	63	0.99	112	0.049	1	0.98
2011	135	82	0.668	68	0.649	66	0.99	114	0.053	1	0.98

Fonte: HAUSMANN, TYSON & ZAHIDI, 2011. Elaboração própria.

Percebe-se que o Brasil, de forma geral, exibiu uma performance estável ao longo do período analisado, como é ilustrado pela Gráfico I, baseado nos dados da Tabela II, não sendo possível observar alterações significativas em nenhuma das dimensões do índice.

Gráfico I

Desempenho do Brasil no *Global Gender Gap Index* ao longo do tempo



Fonte: HAUSMANN, TYSON & ZAHIDI, 2011. Elaboração própria.

Em 2006, foram analisados 20 países a menos do que em 2011 e o Brasil, nos dois períodos, ficou abaixo do índice médio dos 115 países, igual a 0,6617 em 2006 e 0,6824 em 2011. De 2006 a 2011, o crescimento médio dos índices foi de 4,03%, enquanto o Brasil apresentou uma melhora de 2,1%.

O avanço concentrou-se no índice de participação econômica e oportunidades, especificamente nos quesitos de participação no mercado de trabalho e de salário médio estimado. Contudo, apesar da maior inserção da mão de obra feminina no mercado em comparação aos anos anteriores, a presença das mulheres ainda é consideravelmente menor em relação à dos homens e a remuneração de homens e mulheres exercendo a mesma função permanece consideravelmente desigual (HAUSMANN, TYSON & ZAHIDI, 2011).

O subíndice de igualdade salarial para indivíduos que ocupam a mesma posição classifica o Brasil no último decil do ranking como o 124º país. Já o subíndice de profissionais técnicos apresenta pontuação igual a 1 em todos os anos analisados. No total, considerando a média dos subíndices, o desempenho brasileiro na dimensão econômica obteve a pontuação 0,6490 em 2011, 7% maior do que em 2006.

A dimensão concernente à saúde é a de melhor desempenho nacional desde 2006, pois o Brasil obteve a pontuação máxima, igual a 1. O que não significa que o sistema de saúde brasileiro seja satisfatório – o GGI não é um índice de desenvolvimento, mas de desigualdade de gênero. Logo, a pontuação apenas representa que as mulheres não estão em desvantagem nesse quesito.

Também a educação brasileira é bem avaliada quanto à igualdade de gênero, mantendo em 2011 a pontuação de 2010, igual à 0,990. A taxa de alfabetização é a mesma para homens e mulheres, havendo uma pequena prevalência masculina no ensino fundamental. Contudo, no ensino médio e no superior, as mulheres são mais numerosas do que os homens.

A dimensão política é a de pior desempenho do Brasil nos seis anos analisados, sendo classificado em 2011 com uma pontuação igual a 0,053, menor do que a obtida em 2006, atrás de países como Chade, Mali e Azerbaijão. Esse cenário, contudo, apresenta-se melhor do que o do ano anterior, quando o índice político brasileiro obteve pontuação igual a 0,049.

Vale ressaltar que o poder político tende a ser a dimensão mais desigual em todos os países analisados, mas a representatividade das brasileiras na política é ínfima, apesar da eleição da presidente Dilma Rousseff e dos esforços legislativos que estabelecem regras sobre a participação política das mulheres no Brasil.

Há de ser considerado que índices de comparação internacional nem sempre estão relacionados às diversas características regionais de cada país (SZÉKELY & HILGERT, 2007). Assim, é necessário verificar se há homogeneidade do GGI nas unidades federativas do Brasil, pois suas diferenças estaduais não são examinadas.

3. O ÍNDICE NACIONAL DE DESIGUALDADE DE GÊNERO (INDG)

É de grande importância mensurar a desigualdade de gênero nos estados brasileiros e relacioná-la com o índice medido pelo Fórum Econômico Mundial, pois torna-se possível desagregar a realidade nacional e representar a magnitude da desigualdade de gênero nas diferentes partes do País. Para tanto, é construído um índice de desigualdade de gênero análogo ao *Global Gender Gap Index* para as unidades federativas do Brasil, denominado Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG) e estruturado de acordo com a Tabela III.

Tabela III
Estrutura do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero

Índices	Subíndices	Fontes
Participação Econômica e Oportunidades	Razão entre a participação feminina e a masculina no mercado de trabalho	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)</i> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre o salário médio estimado de mulheres e de homens	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)</i> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre a quantidade de mulheres e de homens que ocupam altos cargos	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)</i> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre a quantidade de profissionais técnicos mulheres e homens	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)</i> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Disparidade salarial entre mulheres e homens ocupando a mesma posição (dirigentes e profissionais técnicos)	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)</i> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Educação	Razão entre a quantidade de mulheres e de homens alfabetizados	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)</i> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre a matrícula líquida de meninas e de meninos no ensino fundamental	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)</i> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre a matrícula líquida de meninas e de meninos no ensino médio	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)</i> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre a matrícula bruta de mulheres e de homens no ensino superior	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)</i> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Poder Político	Razão entre a quantidade de mulheres e de homens parlamentares (senadores, deputados federais e estaduais)	Sites governamentais listados no apêndice
	Razão entre a quantidade de mulheres e de homens secretários de estado	Sites governamentais listados no apêndice
	Razão entre o número de anos de governo estadual por mulheres e por homens em 20 anos (1989-2009)	Sites governamentais listados no apêndice
Saúde e Sobrevivência	Razão entre a expectativa de vida feminina e a masculina	Síntese de Indicadores Sociais de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre o número de nascimentos de meninas e de meninos	Séries estatísticas e séries históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Fonte: Elaboração própria.

3.1 METODOLOGIA DO INDG

Para o cálculo da dimensão de Participação Econômica e Oportunidades, foram trabalhados microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, desagregados por unidade federativa e sexo, ponderados pela variável V4729, considerando os indivíduos maiores de 16 anos de idade.

O subíndice de participação no mercado de trabalho em cada estado foi medido como a razão entre a população economicamente ativa (PEA) sobre a população em idade ativa (PIA), sendo utilizada a variável V4704.

O subíndice de salário médio estimado baseou-se no rendimento mensal do trabalho principal (V4718) dividido pelo número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal (V9058).

Já a quantidade de mulheres e homens que ocupam altos cargos foi obtida pela variável de grupamentos ocupacionais do trabalho principal (V4810) quando esta é igual a 1 – grupo de dirigentes em geral, que abrange gerentes e membros superiores do poder público, de empresas e organizações.

De forma similar, a quantidade de mulheres e homens técnicos foi obtida pela mesma variável de grupamentos ocupacionais do trabalho principal quando esta é igual a 3 – grupo de técnicos de nível médio.

A disparidade salarial entre mulheres e homens ocupando a mesma posição utiliza-se dos subíndices anteriores, relacionando profissionais técnicos e dirigentes (V4810) ao seu salário por hora (V4718/V9058).

Também para o cálculo da dimensão de Educação, foram trabalhados microdados da PNAD de 2009 desagregados por unidade federativa e sexo, ponderados pela variável V4729.

O subíndice relativo a alfabetização é igual a razão entre as proporções de indivíduos maiores de 10 anos de idade que saibam ler e escrever (V0601) em relação ao número total de indivíduos.

A matrícula líquida no ensino fundamental é calculada da seguinte forma: o número de crianças de 7 a 14 anos regularmente matriculadas no ensino fundamental (V6003 igual a 1) é dividido pelo número total de crianças da mesma faixa etária. De forma similar, a matrícula líquida no ensino médio é para indivíduos de 15 a 17 anos, sendo V6003 igual a 2.

Para a matrícula bruta do ensino superior, são considerados os indivíduos matriculados em curso de graduação (V6003 igual a 5) e pós-graduação (V6003 igual a 11, alunos de mestrado ou doutorado) independentemente de suas idades.

A dimensão do Poder Político foi estruturada na coleta de dados disponibilizados online para a 54^a Legislatura (2011-2015): no sítio do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas Estaduais e dos Governos Estaduais.

São contabilizadas as proporções entre homens e mulheres parlamentares (senadores, deputados estaduais e federais), secretários de estado e o número de anos em que o cargo de governador foi exercido por homens ou mulheres em um período de vinte anos, de 1989 a 2009.

Por último, a dimensão de Saúde e Sobrevivência é construída com base nos dados disponíveis no sítio do IBGE. E da mesma forma que o GGI, o INDG estabelece marcos de igualdade de 0,94 e 1,06 para os subíndices de nascimento e de expectativa de vida, respectivamente.

É válido ressaltar que o subíndice do número de nascimentos de meninos e meninas não é tão relevante para os estados brasileiros, mas, internacionalmente foi considerado importante pelo grande número de abortos seletivos que ocorrem principalmente na Índia e na China, por questões culturais de caráter discriminatório⁴.

Para todos os outros subíndices, a igualdade é representada pela proporção igual a 1. Mesmo nos casos em que as proporções são maiores do que 1, como, por exemplo, nos subíndices de educação, considera-se a pontuação máxima como 1, pois o foco, tanto do GGI como do INDG, é a situação das mulheres.

3.2 RESULTADOS DO INDG

Serão descritos os resultados de cada uma das quatro dimensões e seus subíndices, seguidos da descrição do resultado final do índice.

i) Participação Econômica e Oportunidades

Em relação ao subíndice de participação no mercado de trabalho apresentado na Tabela IV, o Tocantins apresenta a melhor pontuação, seguido por Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já os piores resultados são de estados nordestinos – Maranhão, Alagoas e Paraíba.

⁴ Ver KLASSEN & WINK (2003).

Contudo, esses dois últimos estados, junto com Acre, Piauí e Tocantins, obtêm pontuação máxima no subíndice de salário médio estimado (ver Tabela V), enquanto Santa Catarina apresenta um dos piores resultados.

Tabela IV
Participação no Mercado de Trabalho
2009

UF	HOMENS		PARTICIPAÇÃO MASCULINA	MULHERES		PARTICIPAÇÃO FEMININA	RAZÃO
	PEA	PIA		PEA	PIA		
Acre	186 817	217 519	0.85885	140 746	226 917	0.62025	0.72219
Alagoas	790 288	1 002 467	0.78834	537 380	1 131 023	0.47513	0.60269
Amapá	161 083	203 462	0.79171	117 114	205 010	0.57126	0.72155
Amazonas	900 290	1 071 207	0.84044	669 268	1 145 368	0.58433	0.69526
Bahia	4 135 520	4 918 919	0.84074	3 251 641	5 317 485	0.61150	0.72734
Ceará	2 327 743	2 783 446	0.83628	1 843 985	3 104 300	0.59401	0.71030
Distrito Federal	717 352	869 045	0.82545	633 396	1 006 113	0.62955	0.76267
Espírito Santo	1 021 651	1 220 075	0.83737	831 690	1 296 556	0.64146	0.76604
Goiás	1 756 337	2 046 835	0.85807	1 391 894	2 204 211	0.63147	0.73592
Maranhão	1 662 262	2 013 348	0.82562	1 135 632	2 181 692	0.52053	0.63047
Mato Grosso	927 025	1 068 880	0.86729	664 267	1 092 599	0.60797	0.70100
Mato Grosso do Sul	702 511	818 315	0.85848	563 049	870 927	0.64649	0.75306
Minas Gerais	5 912 822	7 082 291	0.83487	4 887 873	7 722 897	0.63291	0.75809
Pará	1 970 564	2 335 467	0.84376	1 386 041	2 478 985	0.55912	0.66265
Paraíba	985 781	1 261 838	0.78123	639 949	1 394 349	0.45896	0.58749
Paraná	3 161 577	3 740 069	0.84533	2 561 733	4 103 708	0.62425	0.73847
Pernambuco	2 266 811	2 858 356	0.79305	1 658 585	3 301 973	0.50230	0.63338
Piauí	887 254	1 041 116	0.85221	745 210	1 160 668	0.64205	0.75339
Rio de Janeiro	4 337 005	5 565 378	0.77928	3 554 991	6 551 993	0.54258	0.69626
Rio Grande do Norte	924 237	1 110 653	0.83216	640 945	1 162 021	0.55158	0.66283
Rio Grande do Sul	3 253 107	3 909 204	0.83217	2 756 650	4 298 719	0.64127	0.77061
Rondônia	454 022	518 923	0.87493	333 111	531 677	0.62653	0.71609
Roraima	108 932	129 132	0.84357	88 428	140 459	0.62956	0.74631
Santa Catarina	1 923 606	2 262 713	0.85013	1 542 101	2 352 849	0.65542	0.77096
São Paulo	12 032 685	14 767 125	0.81483	9 769 029	16 214 776	0.60248	0.73939
Sergipe	558 568	680 957	0.82027	448 762	748 267	0.59974	0.73114
Tocantins	383 717	447 066	0.85830	299 137	435 517	0.68685	0.80025
BRASIL	54 449 567	65 943 806	0.82570	43 092 607	72 381 059	0.59536	0.72104

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Tabela V
Salário Médio Estimado em R\$ por Hora
2009

UF	SALÁRIO HOMENS	SALÁRIO MULHERES	RAZÃO	
Acre	6.96	7.48	1.0752	1
Alagoas	5.10	5.22	1.0245	1
Amapá	6.64	6.17	0.9300	0.9300
Amazonas	6.61	6.04	0.9127	0.9127
Bahia	5.69	5.28	0.9272	0.9272
Ceará	5.28	4.66	0.8813	0.8813
Distrito Federal	15.58	12.74	0.8177	0.8177
Espírito Santo	7.12	5.92	0.8315	0.8315
Goiás	7.39	5.34	0.7226	0.7226
Maranhão	4.88	4.28	0.8774	0.8774
Mato Grosso	7.93	6.21	0.7831	0.7831
Mato Grosso do Sul	8.20	6.40	0.7805	0.7805
Minas Gerais	7.17	5.93	0.8270	0.8270
Pará	5.74	5.23	0.9121	0.9121
Paraíba	5.26	5.41	1.0288	1
Paraná	8.77	6.96	0.7936	0.7936
Pernambuco	5.82	5.09	0.8744	0.8744
Piauí	4.14	4.30	1.0373	1
Rio de Janeiro	9.34	7.58	0.8116	0.8116
Rio Grande do Norte	5.39	4.99	0.9265	0.9265
Rio Grande do Sul	8.64	6.80	0.7870	0.7870
Rondônia	7.36	5.60	0.7607	0.7607
Roraima	7.15	7.03	0.9833	0.9833
Santa Catarina	9.16	6.71	0.7325	0.7325
São Paulo	10.04	8.51	0.8476	0.8476
Sergipe	5.54	5.33	0.9621	0.9621
Tocantins	6.23	6.33	1.0158	1
BRASIL	7.15	6.20	0.8675	0.8675

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Já no subíndice da quantidade de homens e mulheres que ocupam altos cargos, representado na Tabela VI, nenhum estado obteve a pontuação máxima.

Tabela VI
Dirigentes
2009

UF	DIRIGENTES		RAZÃO
	HOMENS	MULHERES	
Acre	7 564	5 385	0.7119
Alagoas	30 545	12 321	0.4034
Amapá	5 803	2 902	0.5001
Amazonas	34 586	20 405	0.5900
Bahia	148 941	95 395	0.6405
Ceará	91 645	54 294	0.5924
Distrito Federal	51 612	35 223	0.6825
Espírito Santo	57 697	31 429	0.5447
Goiás	109 160	42 253	0.3871
Maranhão	57 313	25 076	0.4375
Mato Grosso	60 453	27 262	0.4510
Mato Grosso do Sul	42 272	21 753	0.5146
Minas Gerais	312 135	182 873	0.5859
Pará	81 970	45 400	0.5539
Paraíba	37 141	27 607	0.7433
Paraná	212 760	119 419	0.5613
Pernambuco	85 388	51 675	0.6052
Piauí	27 844	11 466	0.4118
Rio de Janeiro	247 001	147 982	0.5991
Rio Grande do Norte	38 165	22 018	0.5769
Rio Grande do Sul	209 727	120 511	0.5746
Rondônia	25 428	12 279	0.4829
Roraima	3 540	3 420	0.9661
Santa Catarina	166 569	91 943	0.5520
São Paulo	759 732	416 272	0.5479
Sergipe	16 999	12 240	0.7200
Tocantins	17 361	11 048	0.6364
BRASIL	2 939 351	1 649 851	0.5613

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

No subíndice de profissionais técnicos (ver Tabela VII), cinco estados nordestinos e Roraima apresentam pontuação igual a 1, enquanto o Mato Grosso é o pior avaliado.

Tabela VII
Profissionais Técnicos
2009

UF	TÉCNICOS		RAZÃO	
	HOMENS	MULHERES		
Acre	13 076	10 942	0.8368	0.8368
Alagoas	34 828	48 215	1.3844	1
Amapá	11 460	10 285	0.8975	0.8975
Amazonas	63 628	41 486	0.6520	0.6520
Bahia	212 637	249 265	1.1723	1
Ceará	109 188	106 617	0.9765	0.9765
Distrito Federal	65 755	42 408	0.6449	0.6449
Espírito Santo	70 364	52 536	0.7466	0.7466
Goiás	98 930	83 097	0.8400	0.8400
Maranhão	83 292	96 726	1.1613	1
Mato Grosso	53 355	33 983	0.6369	0.6369
Mato Grosso do Sul	36 154	33 398	0.9238	0.9238
Minas Gerais	365 801	292 795	0.8004	0.8004
Pará	110 168	82 808	0.7517	0.7517
Paraíba	43 166	42 662	0.9883	0.9883
Paraná	233 188	150 247	0.6443	0.6443
Pernambuco	118 088	125 944	1.0665	1
Piauí	42 038	49 134	1.1688	1
Rio de Janeiro	399 973	290 852	0.7272	0.7272
Rio Grande do Norte	43 545	33 754	0.7752	0.7752
Rio Grande do Sul	236 863	180 819	0.7634	0.7634
Rondônia	24 106	20 849	0.8649	0.8649
Roraima	6 465	7 903	1.2224	1
Santa Catarina	157 615	106 867	0.6780	0.6780
São Paulo	1 096 327	725 628	0.6619	0.6619
Sergipe	36 378	33 657	0.9252	0.9252
Tocantins	25 010	17 807	0.7120	0.7120
BRASIL	3 791 398	2 970 684	0.7835	0.7835

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

A disparidade salarial entre mulheres e homens ocupando a mesma posição utiliza-se dos subíndices anteriores, relacionando profissionais técnicos e dirigentes ao seu salário por hora. O subíndice é então construído com base na média das razões entre a remuneração feminina e masculina de dirigentes e de técnicos, como representado pela Tabela VIII.

O Distrito Federal apresenta o maior salário por hora para homens e mulheres técnicos e para homens dirigentes, enquanto mulheres dirigentes têm maior salário por hora em São Paulo. Já os menores salários por hora para homens e mulheres dirigentes e para homens técnicos são pagos no Maranhão, enquanto mulheres técnicas têm menor salário por hora no Piauí.

A proporcionalidade entre os salários pagos para homens e mulheres ocupando o mesmo cargo só foi igual a 1 para dirigentes e para técnicos no Mato Grosso.

Tabela VIII (a)

Disparidade salarial entre mulheres e homens ocupando a mesma posição

2009

UF	DIRIGENTES		TÉCNICOS	
	SALÁRIO (R\$)/HORA HOMENS	SALÁRIO (R\$)/HORA MULHERES	SALÁRIO (R\$)/HORA HOMENS	SALÁRIO (R\$)/HORA MULHERES
Acre	18.70	17.24	12.83	7.79
Alagoas	15.61	11.69	9.71	7.54
Amapá	17.86	14.02	10.14	9.51
Amazonas	21.79	15.08	9.57	8.12
Bahia	18.88	11.47	9.39	7.40
Ceará	17.66	12.67	9.33	6.38
Distrito Federal	32.07	25.07	18.01	17.29
Espírito Santo	15.95	11.19	10.63	9.58
Goiás	19.81	14.92	10.96	8.85
Maranhão	12.23	9.76	6.50	6.03
Mato Grosso	15.49	16.58	11.22	13.50
Mato Grosso do Sul	15.76	10.48	12.41	7.62
Minas Gerais	20.20	13.56	11.04	8.05
Pará	16.53	13.23	8.59	7.11
Paraíba	14.95	18.34	9.55	6.48
Paraná	20.83	13.62	11.12	8.64
Pernambuco	20.76	12.78	9.66	6.77
Piauí	14.97	10.42	7.38	5.36
Rio de Janeiro	22.31	16.47	12.30	9.29
Rio Grande do Norte	14.66	10.27	8.79	5.52
Rio Grande do Sul	19.30	13.22	11.80	9.37
Rondônia	13.54	11.54	10.67	8.38
Roraima	16.29	10.82	14.72	9.50
Santa Catarina	21.65	12.72	12.53	8.04
São Paulo	30.79	27.98	13.45	10.52
Sergipe	17.36	13.16	9.69	8.11
Tocantins	15.68	27.43	13.50	7.66
BRASIL	20.96	16.02	11.35	8.54

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Tabela VIII (b)

Disparidade salarial entre mulheres e homens ocupando a mesma posição

2009

UF		RAZÃO DIRIGENTES		RAZÃO TÉCNICOS	MÉDIA DAS RAZÕES
Acre	0.92	0.92	0.6069	0.6069	0.76435
Alagoas	0.75	0.75	0.7767	0.7767	0.76289
Amapá	0.78	0.78	0.9384	0.9384	0.86166
Amazonas	0.69	0.69	0.8486	0.8486	0.77032
Bahia	0.61	0.61	0.7885	0.7885	0.69801
Ceará	0.72	0.72	0.6841	0.6841	0.70079
Distrito Federal	0.78	0.78	0.9603	0.9603	0.87102
Espírito Santo	0.70	0.70	0.9011	0.9011	0.80156
Goiás	0.75	0.75	0.8073	0.8073	0.78018
Maranhão	0.80	0.80	0.9269	0.9269	0.86258
Mato Grosso	1.07	1	1.2032	1	1
Mato Grosso do Sul	0.67	0.67	0.6138	0.6138	0.63960
Minas Gerais	0.67	0.67	0.7290	0.7290	0.70022
Pará	0.80	0.80	0.8278	0.8278	0.81400
Paraíba	1.23	1	0.6781	0.6781	0.83903
Paraná	0.65	0.65	0.7772	0.7772	0.71547
Pernambuco	0.62	0.62	0.7007	0.7007	0.65818
Piauí	0.70	0.70	0.7263	0.7263	0.71124
Rio de Janeiro	0.74	0.74	0.7549	0.7549	0.74664
Rio Grande do Norte	0.70	0.70	0.6282	0.6282	0.66434
Rio Grande do Sul	0.68	0.68	0.7937	0.7937	0.73932
Rondônia	0.85	0.85	0.7851	0.7851	0.81877
Roraima	0.66	0.66	0.6449	0.6449	0.65458
Santa Catarina	0.59	0.59	0.6413	0.6413	0.61435
São Paulo	0.91	0.91	0.7824	0.7824	0.84549
Sergipe	0.76	0.76	0.8362	0.8362	0.79731
Tocantins	1.75	1	0.5676	0.5676	0.78378
BRASIL	0.76	0.76	0.7519	0.7519	0.75820

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

A dimensão econômica do INDG é representada pela Tabela IX. Sua pontuação média igual a 0,755 coincide com o valor obtido pelo Distrito Federal. É válido ressaltar que a razão entre mulheres e homens ocupando altos cargos é o

subíndice de pior desempenho da dimensão para todos os estados, com exceção do Distrito Federal, da Paraíba e de Roraima.

Tabela IX
Resultado da dimensão de Participação Econômica e Oportunidades

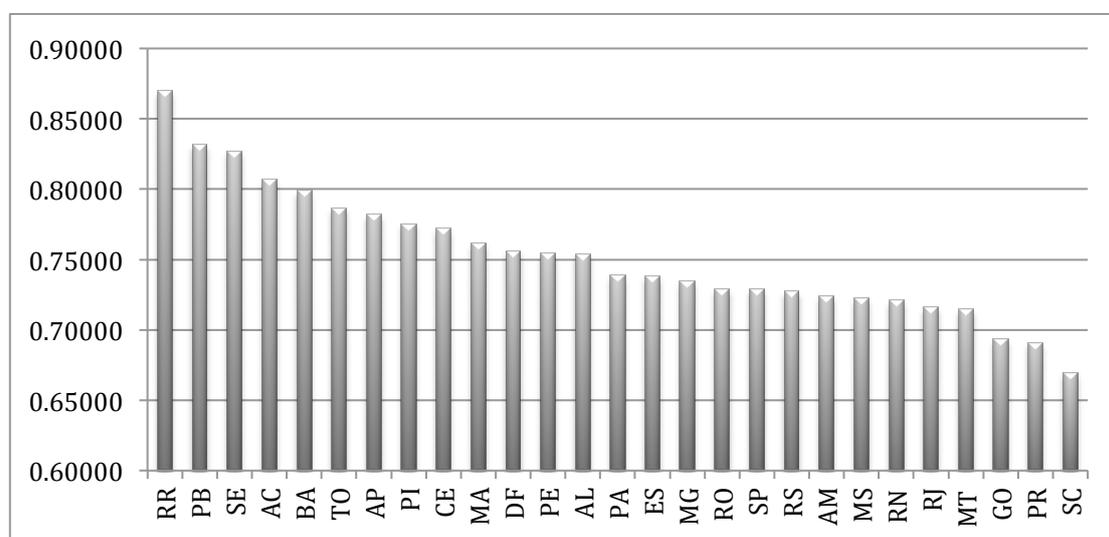
UF	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO	SALÁRIO MÉDIO	QTDE DIRIGENTES	QTDE TÉCNICOS	SALÁRIO PARA MESMA POSIÇÃO	ÍNDICE ECONOMIA
Acre	0.72219	1	0.71192	0.83680	0.76435	0.80705
Alagoas	0.60269	1	0.40337	1	0.76289	0.75379
Amapá	0.72155	0.92996	0.50009	0.89747	0.86166	0.78215
Amazonas	0.69526	0.91271	0.58998	0.65201	0.77032	0.72405
Bahia	0.72734	0.92725	0.64049	1	0.69801	0.79862
Ceará	0.71030	0.88134	0.59244	0.97645	0.70079	0.77226
Distrito Federal	0.76267	0.81772	0.68246	0.64494	0.87102	0.75576
Espírito Santo	0.76604	0.83146	0.54473	0.74663	0.80156	0.73809
Goiás	0.73592	0.72260	0.38707	0.83996	0.78018	0.69314
Maranhão	0.63047	0.87743	0.43753	1	0.86258	0.76160
Mato Grosso	0.70100	0.78310	0.45096	0.63692	1	0.71440
Mato Grosso do Sul	0.75306	0.78049	0.51460	0.92377	0.63960	0.72230
Minas Gerais	0.75809	0.82703	0.58588	0.80042	0.70022	0.73433
Pará	0.66265	0.91210	0.55386	0.75165	0.81400	0.73885
Paraíba	0.58749	1	0.74330	0.98832	0.83903	0.83163
Paraná	0.73847	0.79361	0.56129	0.64432	0.71547	0.69063
Pernambuco	0.63338	0.87445	0.60518	1	0.65818	0.75424
Piauí	0.75339	1	0.41179	1	0.71124	0.77528
Rio de Janeiro	0.69626	0.81156	0.59911	0.72718	0.74664	0.71615
Rio Grande do Norte	0.66283	0.92648	0.57692	0.77515	0.66434	0.72114
Rio Grande do Sul	0.77061	0.78704	0.57461	0.76339	0.73932	0.72699
Rondônia	0.71609	0.76069	0.48289	0.86489	0.81877	0.72867
Roraima	0.74631	0.98335	0.96610	1	0.65458	0.87007
Santa Catarina	0.77096	0.73253	0.55198	0.67803	0.61435	0.66957
São Paulo	0.73939	0.84761	0.54792	0.66187	0.84549	0.72846
Sergipe	0.73114	0.96209	0.72004	0.92520	0.79731	0.82716
Tocantins	0.80025	1	0.63637	0.71200	0.78378	0.78648
BRASIL	0.72104	0.86749	0.56130	0.78353	0.75820	0.73831

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

O Gráfico II a seguir, delimitado de 0,6 a 0,9 no eixo das ordenadas para melhor visualização das diferenças de pontuação, ilustra os valores obtidos pelos estados na dimensão de Participação Econômica e Oportunidades.

É possível perceber diferenças regionais relevantes entre o norte e o sul do Brasil – Roraima e Paraíba obtiveram os melhores resultados e Paraná e Santa Catarina, os piores.

Gráfico II
Valores estaduais para a dimensão econômica
do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero



Fonte: Elaboração própria.

ii) Educação

O subíndice de alfabetização, apresentado na Tabela X, é igual a 1 em catorze estados e nos outros a pontuação obtida é muito próxima de 1. Já o subíndice de matrícula líquida do ensino fundamental está apresentado na Tabela XI, onde é possível ver que a matrícula líquida do ensino fundamental entre meninos é maior no Rio Grande do Sul e menor em Sergipe. Para as meninas, a matrícula líquida do ensino fundamental é maior no Distrito Federal e menor na Paraíba. Já a proporção entre a matrícula de meninos e meninas é igual a 1 em quinze estados e no Distrito Federal, enquanto nos outros onze estados a pontuação é próxima de 1.

Tabela X (a)
Alfabetizados
2009

UF	HOMENS ALFABETIZADOS	TOTAL HOMENS	PROPORÇÃO ALFABETIZADOS
Acre	221 894	264 086	0.84023
Alagoas	928 513	1 223 740	0.75875
Amapá	241 017	246 154	0.97913
Amazonas	1 224 919	1 308 541	0.93610
Bahia	4 910 434	5 827 501	0.84263
Ceará	2 683 507	3 331 982	0.80538
Distrito Federal	969 791	1 000 753	0.96906
Espírito Santo	1 299 817	1 408 167	0.92306
Goiás	2 202 112	2 376 064	0.92679
Maranhão	1 973 044	2 464 733	0.80051
Mato Grosso	1 132 101	1 246 292	0.90838
Mato Grosso do Sul	888 176	960 468	0.92473
Minas Gerais	7 553 044	8 163 868	0.92518
Pará	2 464 819	2 826 106	0.87216
Paraíba	1 140 871	1 481 181	0.77024
Paraná	4 091 835	4 333 336	0.94427
Pernambuco	2 797 738	3 371 915	0.82972
Piauí	940 122	1 243 668	0.75593
Rio de Janeiro	6 119 716	6 312 976	0.96939
Rio Grande do Norte	1 046 557	1 299 511	0.80535
Rio Grande do Sul	4 295 142	4 479 716	0.95880
Rondônia	564 835	614 084	0.91980
Roraima	149 353	159 896	0.93406
Santa Catarina	2 481 216	2 588 683	0.95849
São Paulo	16 229 660	16 839 430	0.96379
Sergipe	668 031	796 538	0.83867
Tocantins	466 882	539 258	0.86579
BRASIL	69 685 146	76 708 647	0.90844

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Tabela X (b)
Alfabetizados
2009

UF	MULHERES ALFABETIZADAS	TOTAL MULHERES	PROPORÇÃO ALFABETIZADAS
Acre	239 399	271 971	0.88024
Alagoas	1 073 694	1 354 978	0.79241
Amapá	239 058	246 230	0.97087
Amazonas	1 276 046	1 362 646	0.93645
Bahia	5 224 239	6 140 381	0.85080
Ceará	3 118 083	3 649 603	0.85436
Distrito Federal	1 101 012	1 138 708	0.96690
Espírito Santo	1 365 982	1 485 603	0.91948
Goiás	2 316 877	2 530 610	0.91554
Maranhão	2 196 931	2 594 583	0.84674
Mato Grosso	1 133 307	1 253 820	0.90388
Mato Grosso do Sul	915 346	1 000 509	0.91488
Minas Gerais	8 079 863	8 814 386	0.91667
Pará	2 641 751	2 933 472	0.90055
Paraíba	1 340 137	1 616 698	0.82893
Paraná	4 388 848	4 707 285	0.93235
Pernambuco	3 183 164	3 782 509	0.84155
Piauí	1 118 634	1 370 300	0.81634
Rio de Janeiro	6 999 653	7 311 249	0.95738
Rio Grande do Norte	1 147 360	1 343 545	0.85398
Rio Grande do Sul	4 598 666	4 818 442	0.95439
Rondônia	563 015	624 479	0.90158
Roraima	161 043	169 897	0.94789
Santa Catarina	2 532 558	2 665 692	0.95006
São Paulo	17 179 650	18 129 100	0.94763
Sergipe	742 829	865 900	0.85787
Tocantins	460 992	518 023	0.88991
BRASIL	75 338 137	82 700 619	0.91097

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Tabela X (c)
Alfabetizados
2009

UF	RAZÃO ENTRE AS PROPORÇÕES	
Acre	1.04761	1
Alagoas	1.04436	1
Amapá	0.99157	0.99157
Amazonas	1.00038	1
Bahia	1.00969	1
Ceará	1.06082	1
Distrito Federal	0.99777	0.99777
Espírito Santo	0.99613	0.99613
Goiás	0.98786	0.98786
Maranhão	1.05775	1
Mato Grosso	0.99505	0.99505
Mato Grosso do Sul	0.98935	0.98935
Minas Gerais	0.99080	0.99080
Pará	1.03256	1
Paraíba	1.07620	1
Paraná	0.98738	0.98738
Pernambuco	1.01426	1
Piauí	1.07992	1
Rio de Janeiro	0.98762	0.98762
Rio Grande do Norte	1.06039	1
Rio Grande do Sul	0.99540	0.99540
Rondônia	0.98019	0.98019
Roraima	1.01480	1
Santa Catarina	0.99121	0.99121
São Paulo	0.98323	0.98323
Sergipe	1.02289	1
Tocantins	1.02786	1
BRASIL	1.00279	1

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Tabela XI (a)
Matrícula Líquida do Ensino Fundamental
2009

UF	MENINOS 7 A 14 ANOS	MATRICULADOS	MATRÍCULA LÍQUIDA
Acre	66 129	62 933	0.95167
Alagoas	283 961	263 605	0.92831
Amapá	60 624	57 410	0.94698
Amazonas	316 549	296 353	0.93620
Bahia	1 191 899	1 123 725	0.94280
Ceará	691 238	668 168	0.96663
Distrito Federal	177 717	170 311	0.95833
Espírito Santo	250 942	236 402	0.94206
Goiás	430 998	410 927	0.95343
Maranhão	592 894	563 344	0.95016
Mato Grosso	219 298	207 838	0.94774
Mato Grosso do Sul	185 029	178 905	0.96690
Minas Gerais	1 419 083	1 364 747	0.96171
Pará	657 450	612 902	0.93224
Paraíba	296 141	279 575	0.94406
Paraná	756 405	720 863	0.95301
Pernambuco	693 567	643 697	0.92810
Piauí	265 877	254 412	0.95688
Rio de Janeiro	976 228	925 488	0.94802
Rio Grande do Norte	225 556	213 815	0.94795
Rio Grande do Sul	721 914	698 034	0.96692
Rondônia	123 689	117 361	0.94884
Roraima	41 973	40 053	0.95426
Santa Catarina	405 972	388 658	0.95735
São Paulo	2 726 608	2 627 696	0.96372
Sergipe	147 203	135 983	0.92378
Tocantins	116 771	112 260	0.96137
BRASIL	14 041 715	13 375 465	0.95255

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Tabela XI (b)
Matrícula Líquida do Ensino Fundamental
2009

UF	MENINAS 7 A 14 ANOS	MATRICULADAS	MATRÍCULA LÍQUIDA
Acre	64 936	60 260	0.92799
Alagoas	265 749	248 070	0.93347
Amapá	58 060	56 452	0.97230
Amazonas	297 701	282 847	0.95010
Bahia	1 086 621	1 012 310	0.93161
Ceará	690 121	660 496	0.95707
Distrito Federal	164 458	160 419	0.97544
Espírito Santo	239 241	227 982	0.95294
Goiás	410 567	385 566	0.93911
Maranhão	522 159	497 982	0.95370
Mato Grosso	205 476	197 573	0.96154
Mato Grosso do Sul	169 102	162 973	0.96376
Minas Gerais	1 354 016	1 313 262	0.96990
Pará	621 911	591 309	0.95079
Paraíba	284 083	263 001	0.92579
Paraná	721 667	675 811	0.93646
Pernambuco	655 642	614 660	0.93749
Piauí	266 413	254 401	0.95491
Rio de Janeiro	948 267	904 176	0.95350
Rio Grande do Norte	214 800	203 548	0.94762
Rio Grande do Sul	659 961	634 705	0.96173
Rondônia	123 425	118 725	0.96192
Roraima	42 194	40 150	0.95156
Santa Catarina	370 751	357 019	0.96296
São Paulo	2 505 525	2 420 908	0.96623
Sergipe	150 948	140 071	0.92794
Tocantins	107 082	103 698	0.96840
BRASIL	13 200 876	12 588 374	0.95360

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Tabela XI (c)
Matrícula Líquida do Ensino Fundamental
2009

UF	RAZÃO ENTRE AS MATRÍCULAS LÍQUIDAS	
Acre	0.97512	0.97512
Alagoas	1.00556	1
Amapá	1.02674	1
Amazonas	1.01485	1
Bahia	0.98813	0.98813
Ceará	0.99012	0.99012
Distrito Federal	1.01786	1
Espírito Santo	1.01155	1
Goiás	0.98498	0.98498
Maranhão	1.00372	1
Mato Grosso	1.01456	1
Mato Grosso do Sul	0.99675	0.99675
Minas Gerais	1.00852	1
Pará	1.01990	1
Paraíba	0.98065	0.98065
Paraná	0.98263	0.98263
Pernambuco	1.01013	1
Piauí	0.99794	0.99794
Rio de Janeiro	1.00578	1
Rio Grande do Norte	0.99965	0.99965
Rio Grande do Sul	0.99463	0.99463
Rondônia	1.01379	1
Roraima	0.99717	0.99717
Santa Catarina	1.00586	1
São Paulo	1.00260	1
Sergipe	1.00451	1
Tocantins	1.00731	1
BRASIL	1.00110	1

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

O subíndice de matrícula líquida do ensino médio está apresentado na Tabela XII, onde é possível ver que a maior matrícula líquida do ensino médio para os

homens e para as mulheres ocorre em São Paulo e a menor no Pará. Já a proporção entre as matrículas mostra prevalência feminina em todos os estados.

Tabela XII (a)
Matrícula Líquida do Ensino Médio
2009

UF	HOMENS 15 A 17 ANOS	MATRICULADOS	MATRÍCULA LÍQUIDA
Acre	19 072	8 935	0.46849
Alagoas	113 051	30 538	0.27013
Amapá	21 252	10 314	0.48532
Amazonas	116 303	40 705	0.34999
Bahia	442 144	128 492	0.29061
Ceará	264 452	110 114	0.41639
Distrito Federal	66 844	41 944	0.62749
Espírito Santo	82 554	40 341	0.48866
Goiás	165 139	87 327	0.52881
Maranhão	210 459	75 226	0.35744
Mato Grosso	90 481	41 489	0.45854
Mato Grosso do Sul	66 796	27 883	0.41744
Minas Gerais	523 717	249 209	0.47585
Pará	236 584	61 031	0.25797
Paraíba	110 427	30 620	0.27729
Paraná	292 119	153 586	0.52577
Pernambuco	256 492	80 555	0.31406
Piauí	96 635	26 205	0.27118
Rio de Janeiro	374 502	160 587	0.42880
Rio Grande do Norte	98 340	35 222	0.35817
Rio Grande do Sul	293 634	142 700	0.48598
Rondônia	49 390	18 278	0.37007
Roraima	13 257	6 545	0.49370
Santa Catarina	177 914	94 332	0.53021
São Paulo	987 289	644 164	0.65246
Sergipe	64 591	21 075	0.32628
Tocantins	43 503	21 641	0.49746
BRASIL	5 276 941	2 389 058	0.45274

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Tabela XII (b)
Matrícula Líquida do Ensino Médio
2009

UF	MULHERES 15 A 17 ANOS	MATRICULADAS	MATRÍCULA LÍQUIDA
Acre	19 824	11 037	0.55675
Alagoas	117 339	46 075	0.39267
Amapá	20 090	12 223	0.60841
Amazonas	102 943	46 113	0.44795
Bahia	411 365	179 277	0.43581
Ceará	266 260	153 319	0.57582
Distrito Federal	71 803	46 889	0.65302
Espírito Santo	89 120	53 002	0.59473
Goiás	163 738	91 909	0.56132
Maranhão	201 511	90 457	0.44889
Mato Grosso	88 906	54 132	0.60887
Mato Grosso do Sul	70 767	37 682	0.53248
Minas Gerais	521 032	318 987	0.61222
Pará	226 384	85 462	0.37751
Paraíba	115 939	54 707	0.47186
Paraná	292 565	194 072	0.66335
Pernambuco	255 327	114 918	0.45008
Piauí	90 625	38 210	0.42163
Rio de Janeiro	368 593	204 383	0.55450
Rio Grande do Norte	96 384	42 567	0.44164
Rio Grande do Sul	276 501	160 110	0.57906
Rondônia	48 172	26 339	0.54677
Roraima	12 009	6 172	0.51395
Santa Catarina	168 955	116 420	0.68906
São Paulo	927 565	673 977	0.72661
Sergipe	62 213	25 157	0.40437
Tocantins	36 514	22 538	0.61724
BRASIL	5 122 444	2 906 134	0.56733

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Tabela XII (c)
Matrícula Líquida do Ensino Médio
2009

UF	RAZÃO ENTRE AS MATRÍCULAS LÍQUIDAS	
Acre	1.18840	1
Alagoas	1.45364	1
Amapá	1.25363	1
Amazonas	1.27988	1
Bahia	1.49963	1
Ceará	1.38291	1
Distrito Federal	1.04069	1
Espírito Santo	1.21705	1
Goiás	1.06147	1
Maranhão	1.25586	1
Mato Grosso	1.32785	1
Mato Grosso do Sul	1.27560	1
Minas Gerais	1.28659	1
Pará	1.46340	1
Paraíba	1.70170	1
Paraná	1.26168	1
Pernambuco	1.43309	1
Piauí	1.55482	1
Rio de Janeiro	1.29313	1
Rio Grande do Norte	1.23306	1
Rio Grande do Sul	1.19153	1
Rondônia	1.47746	1
Roraima	1.04101	1
Santa Catarina	1.29959	1
São Paulo	1.11365	1
Sergipe	1.23932	1
Tocantins	1.24079	1
BRASIL	1.25312	1

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

O subíndice de matrícula bruta do ensino superior (ver Tabela XIII) só é menor do que 1 no Rio Grande do Norte. Em todos os outros estados, a proporção entre mulheres e homens universitários é maior do que 1 e, em Alagoas e no

Maranhão, o número de mulheres matriculadas é quase o dobro do de homens. Assim, todos os estados obtiveram pontuação igual a 1.

Tabela XIII
Matrícula Bruta do Ensino Superior
2009

UF	ALUNOS	ALUNAS	RAZÃO	
Acre	13 770	18 916	1.37371	1
Alagoas	26 789	52 502	1.95983	1
Amapá	13 148	18 418	1.40082	1
Amazonas	54 211	78 992	1.45712	1
Bahia	128 534	193 597	1.50619	1
Ceará	81 454	124 206	1.52486	1
Distrito Federal	70 240	88 846	1.26489	1
Espírito Santo	42 688	60 512	1.41754	1
Goiás	81 332	130 988	1.61053	1
Maranhão	42 096	83 290	1.97857	1
Mato Grosso	51 764	70 734	1.36647	1
Mato Grosso do Sul	36 456	47 176	1.29405	1
Minas Gerais	284 554	384 833	1.35241	1
Pará	64 752	91 571	1.41418	1
Paraíba	41 655	57 720	1.38567	1
Paraná	171 420	242 053	1.41205	1
Pernambuco	91 774	134 802	1.46885	1
Piauí	37 669	56 236	1.49290	1
Rio de Janeiro	279 085	304 170	1.08988	1
Rio Grande do Norte	47 458	45 996	0.96919	0.96919
Rio Grande do Sul	171 033	250 736	1.46601	1
Rondônia	19 407	33 393	1.72067	1
Roraima	10 565	18 003	1.70402	1
Santa Catarina	121 791	143 284	1.17647	1
São Paulo	748 206	876 762	1.17182	1
Sergipe	32 637	41 473	1.27074	1
Tocantins	24 797	39 906	1.60931	1
BRASIL	2 789 285	3 689 115	1.32260	1

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

A dimensão de educação do INDG é representada pela tabela XIV, onde se verifica que nenhum estado obteve resultado final menor do que 0,99.

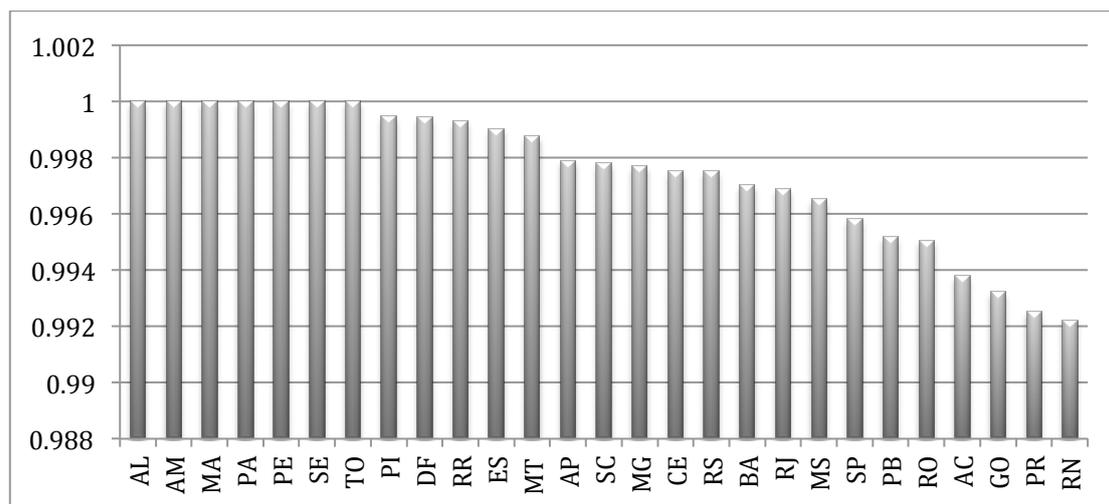
Tabela XIV
Resultado da dimensão de Educação

UF	ALFABETIZADOS	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR	ÍNDICE EDUCAÇÃO
Acre	1	0.97512	1	1	0.99378
Alagoas	1	1	1	1	1
Amapá	0.99157	1	1	1	0.99789
Amazonas	1	1	1	1	1
Bahia	1	0.98813	1	1	0.99703
Ceará	1	0.99012	1	1	0.99753
Distrito Federal	0.99777	1	1	1	0.99944
Espírito Santo	0.99613	1	1	1	0.99903
Goiás	0.98786	0.98498	1	1	0.99321
Maranhão	1	1	1	1	1
Mato Grosso	0.99505	1	1	1	0.99876
Mato Grosso do Sul	0.98935	0.99675	1	1	0.99652
Minas Gerais	0.99080	1	1	1	0.99770
Pará	1	1	1	1	1
Paraíba	1	0.98065	1	1	0.99516
Paraná	0.98738	0.98263	1	1	0.99250
Pernambuco	1	1	1	1	1
Piauí	1	0.99794	1	1	0.99949
Rio de Janeiro	0.98762	1	1	1	0.99690
Rio Grande do Norte	1	0.99965	1	0.96919	0.99221
Rio Grande do Sul	0.99540	0.99463	1	1	0.99751
Rondônia	0.98019	1	1	1	0.99505
Roraima	1	0.99717	1	1	0.99929
Santa Catarina	0.99121	1	1	1	0.99780
São Paulo	0.98323	1	1	1	0.99581
Sergipe	1	1	1	1	1
Tocantins	1	1	1	1	1
BRASIL	1	1	1	1	1

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Apesar das pontuações serem tão similares, o Gráfico III, delimitado de 0,98 a 1 no eixo das ordenadas, ilustra a diferença dos valores obtidos pelos estados na dimensão de Educação.

Gráfico III
Valores estaduais da dimensão de educação
do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero



Fonte: Elaboração própria.

iii) Poder Político

O subíndice de parlamentares (ver Tabela XV) é a média de três proporções: mulheres e homens senadores, mulheres e homens deputados federais e mulheres e homens deputados estaduais. Em todas elas, os homens são significativamente mais numerosos que as mulheres.

Em dezesseis estados e no Distrito Federal, apenas homens foram eleitos para o cargo de senador. Nos outros dez estados, há apenas uma senadora para cada dois senadores.

Em relação aos deputados federais, a pontuação média foi de 0,159. O Espírito Santo apresenta o melhor resultado com 4 deputadas para 6 deputados, enquanto no Mato Grosso do Sul e em Sergipe não há mulheres eleitas.

A pontuação média dos deputados estaduais é similar à dos federais, sendo igual a 0,163. O Amapá obteve o melhor resultado e apesar de não haver estados com a pontuação igual a zero nesse quesito, Minas Gerais e Goiás apresentam pontuação igual a 0,05.

Tabela XV (a)
Parlamentares
54ª Legislatura (2011-2015)

UF	SENADORES		RAZÃO
	Homens	Mulheres	
Acre	3	0	0
Alagoas	3	0	0
Amapá	3	0	0
Amazonas	2	1	0.5
Bahia	2	1	0.5
Ceará	3	0	0
Distrito Federal	3	0	0
Espírito Santo	2	1	0.5
Goiás	2	1	0.5
Maranhão	3	0	0
Mato Grosso	3	0	0
Mato Grosso do Sul	3	0	0
Minas Gerais	3	0	0
Pará	3	0	0
Paraíba	3	0	0
Paraná	3	0	0
Pernambuco	3	0	0
Piauí	3	0	0
Rio de Janeiro	3	0	0
Rio Grande do Norte	2	1	0.5
Rio Grande do Sul	2	1	0.5
Rondônia	3	0	0
Roraima	2	1	0.5
Santa Catarina	3	0	0
São Paulo	2	1	0.5
Sergipe	2	1	0.5
Tocantins	2	1	0.5
BRASIL	71	10	0.14085

Fonte: Senado Federal. Elaboração própria.

Tabela XV (b)
Parlamentares
54ª Legislatura (2011-2015)

UF	DEPUTADOS FEDERAIS			RAZÃO
	Total	Homens	Mulheres	
Acre	8	6	2	0.33333
Alagoas	9	7	2	0.28571
Amapá	8	5	3	0.60000
Amazonas	8	7	1	0.14286
Bahia	39	38	1	0.02632
Ceará	22	21	1	0.04762
Distrito Federal	8	6	2	0.33333
Espírito Santo	10	6	4	0.66667
Goiás	17	15	2	0.13333
Maranhão	18	17	1	0.05882
Mato Grosso	8	7	1	0.14286
Mato Grosso do Sul	8	8	0	0
Minas Gerais	53	52	1	0.01923
Pará	17	16	1	0.06250
Paraíba	12	11	1	0.09091
Paraná	30	28	2	0.07143
Pernambuco	25	23	2	0.08696
Piauí	10	9	1	0.11111
Rio de Janeiro	46	42	4	0.09524
Rio Grande do Norte	8	6	2	0.33333
Rio Grande do Sul	31	29	2	0.06897
Rondônia	8	7	1	0.14286
Roraima	8	7	1	0.14286
Santa Catarina	16	15	1	0.06667
São Paulo	70	64	6	0.09375
Sergipe	8	8	0	0
Tocantins	8	7	1	0.14286
BRASIL	513	467	46	0.09850

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Tabela XV (c)
Parlamentares
54ª Legislatura (2011-2015)

UF	DEPUTADOS ESTADUAIS			RAZÃO
	Total	Homens	Mulheres	
Acre	24	20	4	0.2
Alagoas	27	25	2	0.08
Amapá	24	17	7	0.41176
Amazonas	24	22	2	0.09091
Bahia	63	52	11	0.21154
Ceará	46	40	6	0.15
Distrito Federal	24	19	5	0.26316
Espírito Santo	30	28	2	0.07143
Goiás	41	39	2	0.05128
Maranhão	42	35	7	0.2
Mato Grosso	24	22	2	0.09091
Mato Grosso do Sul	24	22	2	0.09091
Minas Gerais	77	73	4	0.05479
Pará	41	34	7	0.20588
Paraíba	36	30	6	0.2
Paraná	54	50	4	0.08
Pernambuco	49	45	4	0.08889
Piauí	30	23	7	0.30435
Rio de Janeiro	70	57	13	0.22807
Rio Grande do Norte	24	21	3	0.14286
Rio Grande do Sul	55	47	8	0.17021
Rondônia	24	21	3	0.14286
Roraima	24	22	2	0.09091
Santa Catarina	40	36	4	0.11111
São Paulo	94	82	12	0.14634
Sergipe	24	18	6	0.33333
Tocantins	24	20	4	0.2
BRASIL	1059	920	139	0.15109

Fonte: Assembleias Legislativas Estaduais. Elaboração própria.

Tabela XV (d)
Parlamentares
54ª Legislatura (2011-2015)

UF	MÉDIA DAS RAZÕES
Acre	0.17778
Alagoas	0.12190
Amapá	0.33725
Amazonas	0.24459
Bahia	0.24595
Ceará	0.06587
Distrito Federal	0.19883
Espírito Santo	0.41270
Goiás	0.22821
Maranhão	0.08627
Mato Grosso	0.07792
Mato Grosso do Sul	0.03030
Minas Gerais	0.02468
Pará	0.08946
Paraíba	0.09697
Paraná	0.05048
Pernambuco	0.05862
Piauí	0.13849
Rio de Janeiro	0.10777
Rio Grande do Norte	0.32540
Rio Grande do Sul	0.24639
Rondônia	0.09524
Roraima	0.24459
Santa Catarina	0.05926
São Paulo	0.24670
Sergipe	0.27778
Tocantins	0.28095
BRASIL	0.13014

Fonte: Elaboração própria.

No Brasil, as Secretarias de Estado são órgãos do poder executivo estadual que auxiliam o Governador, tendo funções correspondentes às exercidas pelos Ministérios para auxiliar o Presidente da República.

O subíndice sobre os secretários está representado na Tabela XVI e sua pontuação média é igual a 0,195.

Tabela XVI
Secretários
2012

UF	SECRETÁRIOS DE ESTADO			RAZÃO
	Total	Homens	Mulheres	
Acre	22	17	5	0.29412
Alagoas	20	18	2	0.11111
Amapá	22	17	5	0.29412
Amazonas	22	16	6	0.37500
Bahia	25	24	1	0.04167
Ceará	22	20	2	0.10000
Distrito Federal	30	28	2	0.07143
Espírito Santo	24	22	2	0.09091
Goiás	16	15	1	0.06667
Maranhão	32	27	5	0.18519
Mato Grosso	22	20	2	0.10000
Mato Grosso do Sul	16	11	5	0.45455
Minas Gerais	20	15	5	0.33333
Pará	24	21	3	0.14286
Paraíba	24	19	5	0.26316
Paraná	26	24	2	0.08333
Pernambuco	28	24	4	0.16667
Piauí	22	18	4	0.22222
Rio de Janeiro	24	21	3	0.14286
Rio Grande do Norte	22	18	4	0.22222
Rio Grande do Sul	25	21	4	0.19048
Rondônia	18	13	5	0.38462
Roraima	22	15	7	0.46667
Santa Catarina	22	21	1	0.04762
São Paulo	26	22	4	0.18182
Sergipe	24	21	3	0.14286
Tocantins	25	23	2	0.08696
BRASIL	625	531	94	0.17702

Fonte: Governos Estaduais. Elaboração própria.

O subíndice sobre os governadores (ver Tabela XVII) considera o número de anos entre 1989 e 2009 em que o cargo de governador foi exercido por homens ou por mulheres, incluindo, quando ocorrido, o exercício do cargo por vice-governadores.

Apenas em cinco estados, houve governadoras que cumpriram pelo menos um mandato inteiro.

Tabela XVII
Governadores

UF	GOVERNADORES		RAZÃO
	1989-2009		
	Homens	Mulheres	
Acre	20	0	0
Alagoas	20	0	0
Amapá	19	1	0.05263
Amazonas	20	0	0
Bahia	20	0	0
Ceará	20	0	0
Distrito Federal	19	1	0.05263
Espírito Santo	20	0	0
Goiás	20	0	0
Maranhão	12	8	0.66667
Mato Grosso	20	0	0
Mato Grosso do Sul	20	0	0
Minas Gerais	20	0	0
Pará	16	4	0.25
Paraíba	20	0	0
Paraná	20	0	0
Pernambuco	20	0	0
Piauí	20	0	0
Rio de Janeiro	15	5	0.33333
Rio Grande do Norte	12	8	0.66667
Rio Grande do Sul	16	4	0.25
Rondônia	20	0	0
Roraima	20	0	0
Santa Catarina	20	0	0
São Paulo	20	0	0
Sergipe	20	0	0
Tocantins	20	0	0
BRASIL (Presidentes)	20	0	0

Fonte: Governos Estaduais. Elaboração própria.

A dimensão política do INDG (ver Tabela XVIII), assim como a do GGI, é a que apresenta a maior desigualdade entre homens e mulheres, tendo os resultados mais baixos. A pontuação média é igual a 0,149.

Tabela XVIII
Resultado da dimensão de Poder Político

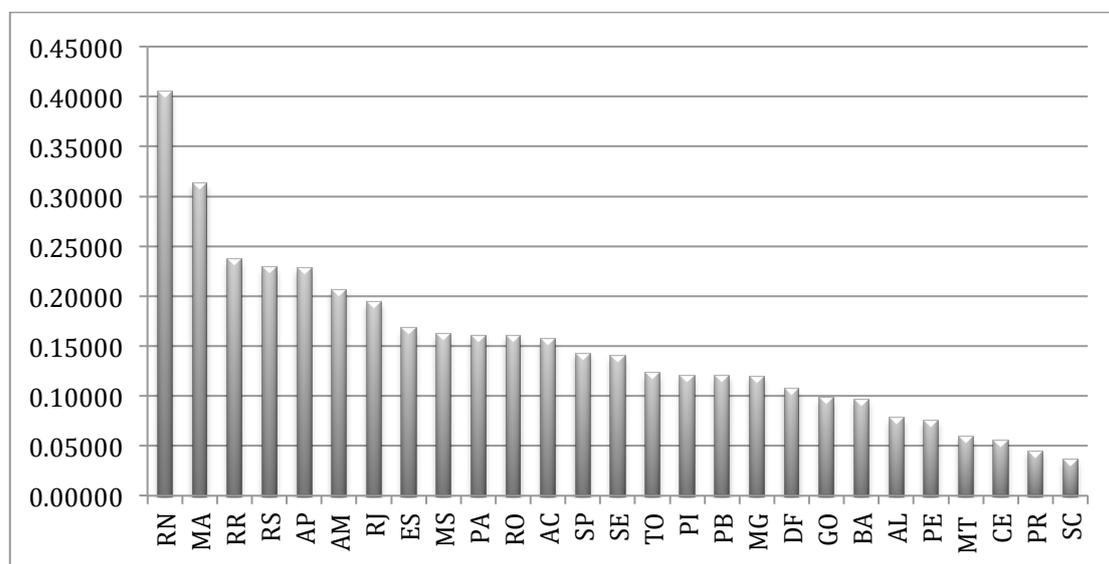
UF	PARLAMENTARES	SECRETÁRIOS	GOVERNADORES	ÍNDICE POLÍTICA
Acre	0.17778	0.29412	0	0.15730
Alagoas	0.12190	0.11111	0	0.07767
Amapá	0.33725	0.29412	0.05263	0.22800
Amazonas	0.24459	0.37500	0	0.20653
Bahia	0.24595	0.04167	0	0.09587
Ceará	0.06587	0.10000	0	0.05529
Distrito Federal	0.19883	0.07143	0.05263	0.10763
Espírito Santo	0.41270	0.09091	0	0.16787
Goiás	0.22821	0.06667	0	0.09829
Maranhão	0.08627	0.18519	0.66667	0.31271
Mato Grosso	0.07792	0.10000	0	0.05931
Mato Grosso do Sul	0.03030	0.45455	0	0.16162
Minas Gerais	0.02468	0.33333	0	0.11934
Pará	0.08946	0.14286	0.25000	0.16077
Paraíba	0.09697	0.26316	0	0.12004
Paraná	0.05048	0.08333	0	0.04460
Pernambuco	0.05862	0.16667	0	0.07509
Piauí	0.13849	0.22222	0	0.12024
Rio de Janeiro	0.10777	0.14286	0.33333	0.19465
Rio Grande do Norte	0.32540	0.22222	0.66667	0.40476
Rio Grande do Sul	0.24639	0.19048	0.25000	0.22896
Rondônia	0.09524	0.38462	0	0.15995
Roraima	0.24459	0.46667	0	0.23709
Santa Catarina	0.05926	0.04762	0	0.03563
São Paulo	0.24670	0.18182	0	0.14284
Sergipe	0.27778	0.14286	0	0.14021
Tocantins	0.28095	0.08696	0	0.12264
BRASIL	0.13014	0.17702	0	0.10239

Fonte: Elaboração própria.

O subíndice dos governadores foi o que mais influenciou o ranking da dimensão política – Rio Grande do Norte e Maranhão, onde Wilma Maria de Faria e Roseana Sarney cumpriram, respectivamente, dois mandatos, foram os estados com as maiores pontuações.

O Gráfico IV, delimitado de 0 a 0,45 no eixo das ordenadas, mostra a disparidade dos valores obtidos pelos estados na dimensão política. Assim, como no gráfico da dimensão econômica, Paraná e Santa Catarina apresentam os piores resultados.

Gráfico IV
Valores estaduais da dimensão política
do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero



Fonte: Elaboração própria.

iv) Saúde e Sobrevivência

O INDG objetiva replicar o GGI e por isso a mesma estrutura de índices e subíndices foi mantida. Contudo, no Brasil, não há indícios de que os pais façam seleção de sexo dos bebês e nem de que as mulheres, em relação aos homens, sofram privações nutricionais ou de acesso ao sistema de saúde que pudessem reduzir sua expectativa de vida.

Dessa forma, os estados apresentam pontuações maiores do que 0,996 no subíndice de nascimentos (ver Tabela XIX) e têm uma performance igualitária e uniforme no subíndice de expectativa de vida (ver Tabela XX).

Tabela XIX
Nascimentos
2009

UF	MENINOS	MENINAS	RAZÃO	NORMALIZAÇÃO	RAZÃO
Acre	7 493	7 088	0.94595	1.00633	1
Alagoas	26 765	25 763	0.96256	1.02400	1
Amapá	7 130	6 742	0.94558	1.00594	1
Amazonas	31 608	31 588	0.99937	1.06316	1
Bahia	109 652	103 998	0.94844	1.00898	1
Ceará	63 294	60 371	0.95382	1.01470	1
Distrito Federal	26 514	25 348	0.95602	1.01705	1
Espírito Santo	25 932	25 194	0.97154	1.03355	1
Goiás	40 408	38 188	0.94506	1.00538	1
Maranhão	51 491	48 992	0.95147	1.01220	1
Mato Grosso	25 126	23 538	0.93680	0.99659	0.99659
Mato Grosso do Sul	19 695	18 694	0.94917	1.00976	1
Minas Gerais	129 977	124 321	0.95648	1.01754	1
Pará	60 730	57 674	0.94968	1.01030	1
Paraíba	30 404	28 467	0.93629	0.99605	0.99605
Paraná	76 046	72 316	0.95095	1.01165	1
Pernambuco	70 310	66 714	0.94886	1.00942	1
Piauí	21 971	20 938	0.95298	1.01381	1
Rio de Janeiro	105 347	100 493	0.95392	1.01481	1
Rio Grande do Norte	24 705	23 229	0.94026	1.00027	1
Rio Grande do Sul	67 118	64 497	0.96095	1.02229	1
Rondônia	12 717	12 208	0.95997	1.02125	1
Roraima	4 406	4 127	0.93668	0.99647	0.99647
Santa Catarina	42 661	40 402	0.94705	1.00750	1
São Paulo	305 448	290 608	0.95142	1.01214	1
Sergipe	16 860	16 057	0.95237	1.01316	1
Tocantins	11 842	11 119	0.93895	0.99888	0.99888
BRASIL	1 415 650	1 348 674	0.95269	1.01350	1

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Tabela XX
Expectativa de vida
2009

UF	HOMENS	MULHERES	RAZÃO	NORMALIZAÇÃO	RAZÃO
Acre	69.40	74.70	1.07637	1.01544	1
Alagoas	63.70	71.70	1.12559	1.06188	1
Amapá	67.20	75.00	1.11607	1.05290	1
Amazonas	69.20	75.30	1.08815	1.02656	1
Bahia	69.40	75.90	1.09366	1.03175	1
Ceará	66.80	75.40	1.12874	1.06485	1
Distrito Federal	72.20	79.60	1.10249	1.04009	1
Espírito Santo	70.70	78.00	1.10325	1.04080	1
Goiás	70.70	77.30	1.09335	1.03146	1
Maranhão	64.60	72.50	1.12229	1.05877	1
Mato Grosso	70.10	77.40	1.10414	1.04164	1
Mato Grosso do Sul	71.10	77.70	1.09283	1.03097	1
Minas Gerais	71.80	78.60	1.09471	1.03274	1
Pará	69.60	75.50	1.08477	1.02337	1
Paraíba	66.30	73.30	1.10558	1.04300	1
Paraná	71.60	77.90	1.08799	1.02640	1
Pernambuco	65.70	72.70	1.10654	1.04391	1
Piauí	66.70	72.80	1.09145	1.02967	1
Rio de Janeiro	69.40	78.10	1.12536	1.06166	1
Rio Grande do Norte	67.30	75.10	1.11590	1.05273	1
Rio Grande do Sul	71.90	79.30	1.10292	1.04049	1
Rondônia	69.10	74.70	1.08104	1.01985	1
Roraima	68.10	73.20	1.07489	1.01405	1
Santa Catarina	72.60	79.10	1.08953	1.02786	1
São Paulo	70.70	79.00	1.11740	1.05415	1
Sergipe	68.30	75.10	1.09956	1.03732	1
Tocantins	69.60	74.20	1.06609	1.00575	1
BRASIL	69.03	75.89	1.09942	1.03719	1

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A dimensão de saúde do INDG (ver Tabela XXI), assim como a do GGI, é a que apresenta a maior igualdade entre homens e mulheres, tendo os resultados mais altos. A pontuação média é igual a 0,999.

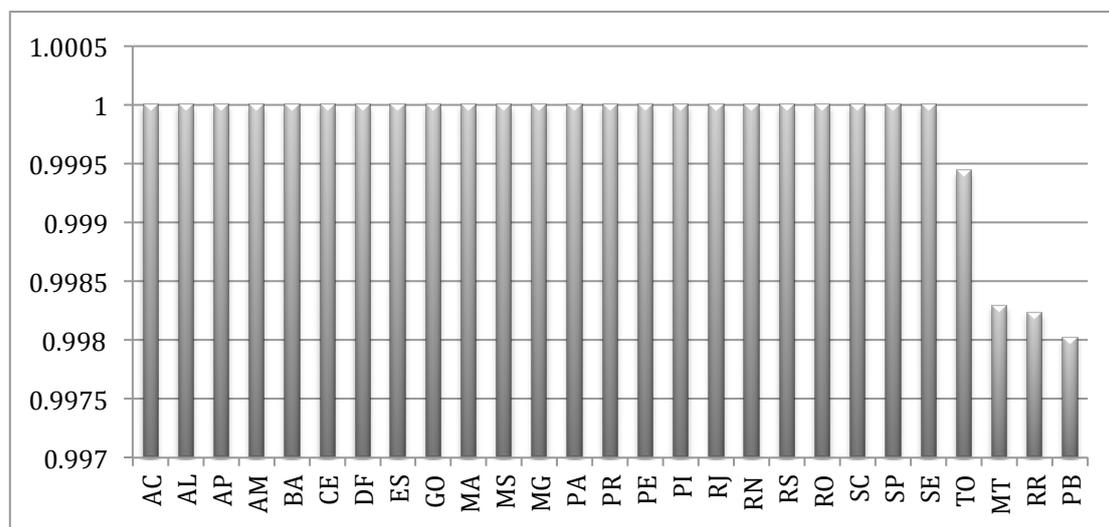
Tabela XXI
Resultado da dimensão de Saúde e Sobrevivência

UF	NASCIMENTOS	EXPECTATIVA DE VIDA	ÍNDICE SAÚDE
Acre	1	1	1
Alagoas	1	1	1
Amapá	1	1	1
Amazonas	1	1	1
Bahia	1	1	1
Ceará	1	1	1
Distrito Federal	1	1	1
Espírito Santo	1	1	1
Goiás	1	1	1
Maranhão	1	1	1
Mato Grosso	0.99659	1	0.99830
Mato Grosso do Sul	1	1	1
Minas Gerais	1	1	1
Pará	1	1	1
Paraíba	0.99605	1	0.99803
Paraná	1	1	1
Pernambuco	1	1	1
Piauí	1	1	1
Rio de Janeiro	1	1	1
Rio Grande do Norte	1	1	1
Rio Grande do Sul	1	1	1
Rondônia	1	1	1
Roraima	0.99647	1	0.99824
Santa Catarina	1	1	1
São Paulo	1	1	1
Sergipe	1	1	1
Tocantins	0.99888	1	0.99944
BRASIL	1	1	1

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico V, delimitado de 0,997 a 1 no eixo das ordenadas, mostra os valores obtidos pelos estados na dimensão de saúde.

Gráfico V
Valores estaduais da dimensão de saúde
do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero



Fonte: Elaboração própria.

v) INDG

Os resultados do INDG (ver Tabela XXII) refletem que o GGI calculado para o Brasil não é homogêneo para todo o território nacional, havendo diferenças consideráveis quanto à desigualdade de gênero entre os estados brasileiros. O Rio Grande do Norte, estado nordestino, obteve a pontuação geral mais alta, 15% maior do que a de Santa Catarina, estado da região sul, que obteve a pior pontuação.

Apesar dos resultados muito parecidos e próximos de 1 nas dimensões de Educação e de Saúde, em nenhum estado o INDG final foi igual a 1. As dimensões de Participação Econômica e de Poder Político representam no índice geral como as mulheres brasileiras, em maior ou menor intensidade dependendo do estado onde vivem, ainda não usufruem do espaço público da mesma forma que os homens, seja no mercado de trabalho ou no exercício do poder governamental.

Tabela XXII
Resultado final do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero

UF	ÍNDICE ECONOMIA	ÍNDICE EDUCAÇÃO	ÍNDICE POLÍTICA	ÍNDICE SAÚDE	INDG
Acre	0.80705	0.99378	0.15730	1	0.73953
Alagoas	0.75379	1	0.07767	1	0.70787
Amapá	0.78215	0.99789	0.22800	1	0.75201
Amazonas	0.72405	1	0.20653	1	0.73265
Bahia	0.79862	0.99703	0.09587	1	0.72288
Ceará	0.77226	0.99753	0.05529	1	0.70627
Distrito Federal	0.75576	1	0.10763	1	0.71585
Espírito Santo	0.73809	1	0.16787	1	0.72649
Goiás	0.69314	0.99321	0.09829	1	0.69616
Maranhão	0.76160	1	0.31271	1	0.76858
Mato Grosso	0.71440	1	0.05931	0.99830	0.69300
Mato Grosso do Sul	0.72230	0.99652	0.16162	1	0.72011
Minas Gerais	0.73433	1	0.11934	1	0.71342
Pará	0.73885	1	0.16077	1	0.72491
Paraíba	0.83163	0.99516	0.12004	0.99803	0.73621
Paraná	0.69063	0.99250	0.04460	1	0.68193
Pernambuco	0.75424	1	0.07509	1	0.70733
Piauí	0.77528	0.99949	0.12024	1	0.72375
Rio de Janeiro	0.71615	1	0.19465	1	0.72770
Rio Grande do Norte	0.72114	0.99221	0.40476	1	0.77953
Rio Grande do Sul	0.72699	0.99751	0.22896	1	0.73836
Rondônia	0.72867	0.99505	0.15995	1	0.72092
Roraima	0.87007	0.99929	0.23709	0.99824	0.77617
Santa Catarina	0.66957	1	0.03563	1	0.67630
São Paulo	0.72846	1	0.14284	1	0.71782
Sergipe	0.82716	1	0.14021	1	0.74184
Tocantins	0.78648	1	0.12264	0.99944	0.72714
BRASIL	0.73831	1	0.10239	1	0.71018

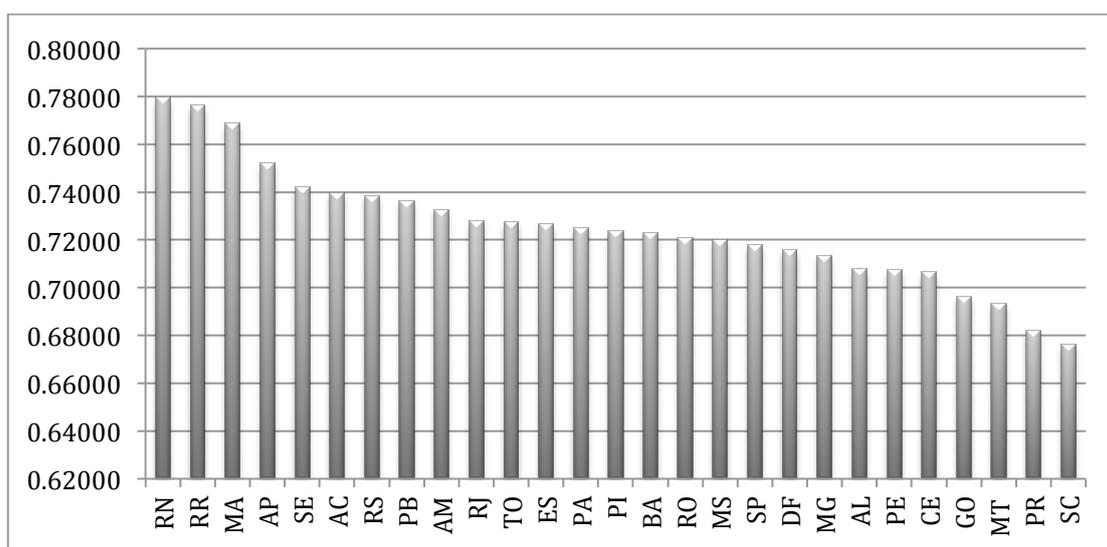
Fonte: Elaboração própria.

Refletindo a importância das dimensões econômica e política no INDG, Paraná e Santa Catarina, que obtiveram os piores resultados nas duas dimensões, apresentam os piores resultados também no índice geral. Já o Rio Grande do Norte e Roraima (respectivamente os melhores na parte política e econômica) apresentam as pontuações finais mais altas.

A região Norte obteve a maior pontuação média, igual a 0,739, apesar de a pontuação média do Nordeste ser muito próxima, igual a 0,732. Já a pontuação média da região Sudeste foi igual a 0,721. Centro-Oeste e Sul apresentaram média igual a 0,706 e 0,698, respectivamente. O resultado do INDG para cada estado está representado no Gráfico VI, delimitado de 0,62 a 0,8 no eixo das ordenadas.

Gráfico VI

Valores estaduais do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero

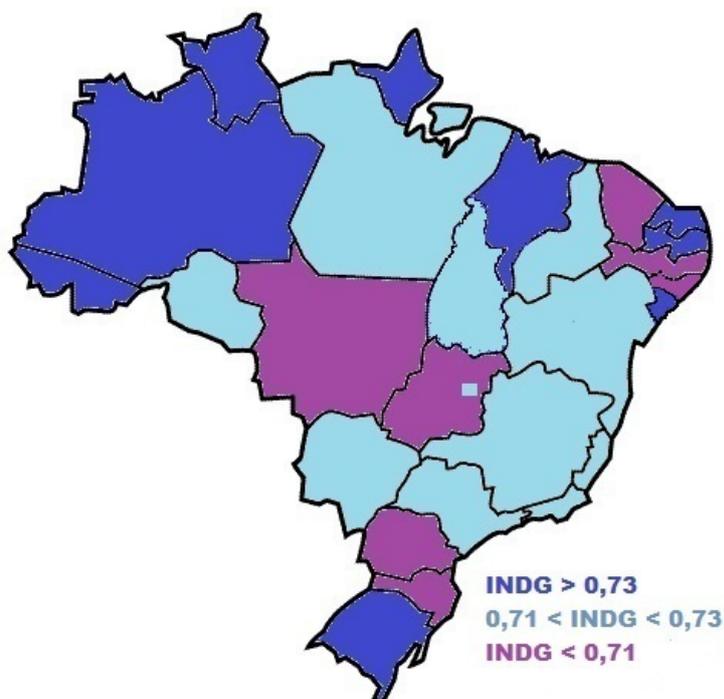


Fonte: Elaboração própria.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO INDG

Apesar dos estados do Norte e do Nordeste, em geral, terem obtido melhores resultados no INDG do que os estados do Centro-Sul, não é possível uniformizar os desempenhos estaduais por região. Como mostra a Figura I, apenas os estados da região Sudeste apresentam o mesmo nível de pontuação.

Figura I
Distribuição geográfica do Índice Nacional
de Desigualdade de Gênero



Fonte: Elaboração própria.

É necessário ressaltar que, apesar de o INDG e o GGI serem indicadores de desigualdade e não de desenvolvimento, a questão da igualdade de gênero não pode ser isolada nem separada do contexto sócio-econômico no qual está imersa.

Dado que a renda é, geralmente, o indicador econômico utilizado para representar desenvolvimento, analisa-se a renda mensal familiar per capita média de cada estado, obtida de acordo com a variável 4750 da PNAD 2009 para cada unidade federativa (ver Tabela XXIII).

Tabela XXIII
Rendimento Mensal Familiar Per Capita Médio
em R\$

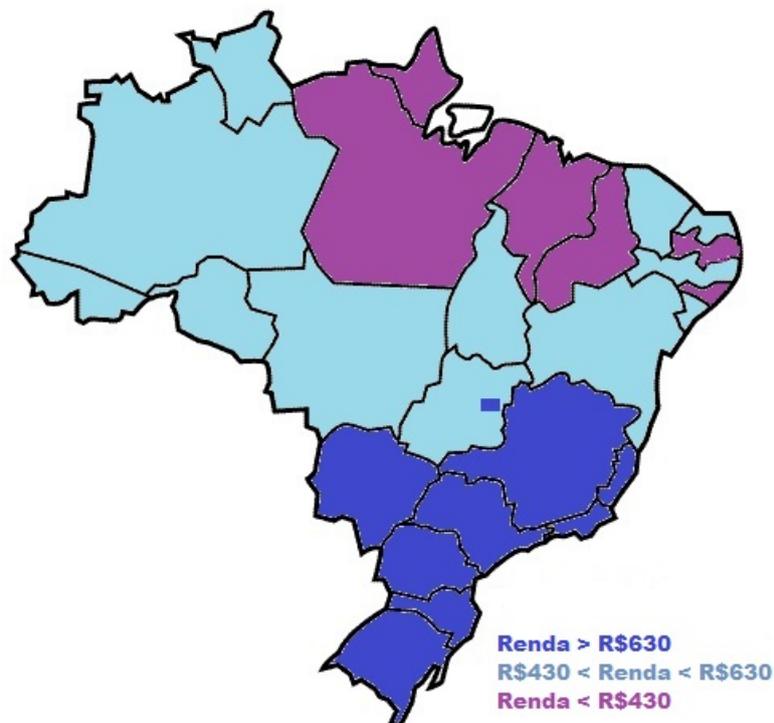
UF	V4750
Acre	517.09
Alagoas	338.52
Amapá	411.39
Amazonas	437.21
Bahia	472.84
Ceará	436.11
Distrito Federal	1321.49
Espírito Santo	633.93
Goiás	629.08
Maranhão	340.02
Mato Grosso	615.22
Mato Grosso do Sul	661.95
Minas Gerais	653.43
Pará	415.03
Paraíba	422.92
Paraná	764.08
Pernambuco	446.19
Piauí	394.47
Rio de Janeiro	823.21
Rio Grande do Norte	456.94
Rio Grande do Sul	804.26
Rondônia	541.51
Roraima	503.13
Santa Catarina	864.51
São Paulo	804.89
Sergipe	458.65
Tocantins	513.32

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

Ao comparar a Tabela XXII à Tabela XXIII, verifica-se que estados com renda mais alta não necessariamente possuem uma pontuação mais alta no INDG. Santa Catarina, que obteve o pior INDG, apresenta a segunda maior renda familiar. Na verdade, alguns dos estados que apresentam maior igualdade de gênero apresentam uma das menores rendas, como Amapá e Maranhão.

Contraoando-se à Figura I, na qual não são estabelecidos padrões regionais em relação ao INDG, na Figura II é possível ver homogeneizações regionais em relação à renda.

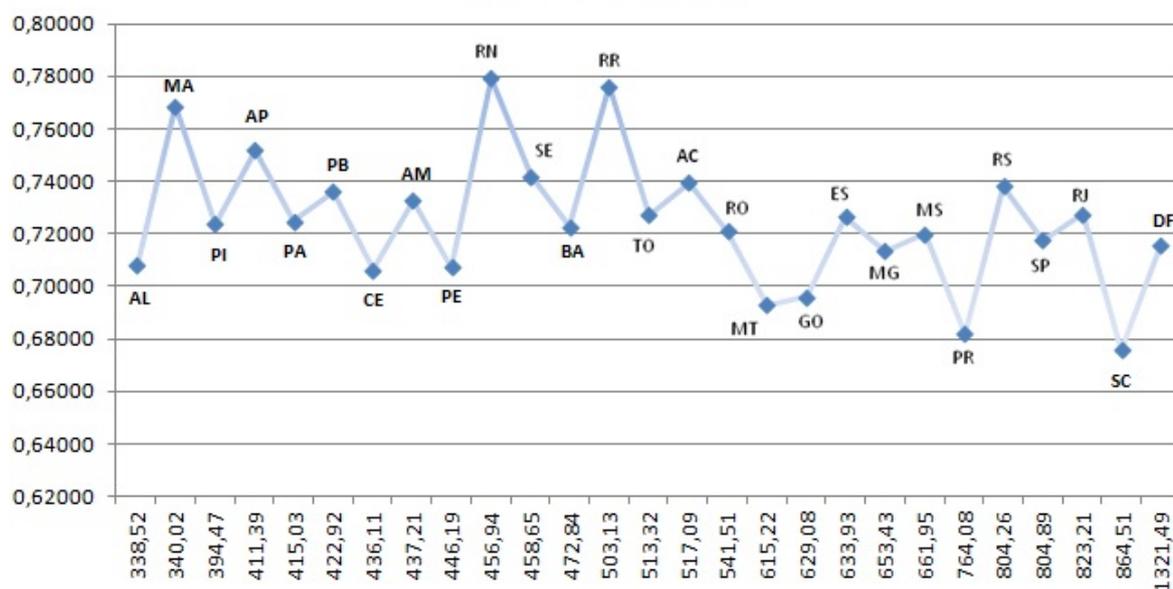
Figura II
Distribuição geográfica do Rendimento Mensal
Familiar Per Capita Médio



Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

O Gráfico VII relaciona os valores do INDG e da renda, mas não parece haver uma linha de tendência estabelecida entre as duas variáveis consideradas. Dessa forma, não é possível conceituar o status das mulheres como um resultado do desenvolvimento econômico, mas considerar que a relação entre os dois pode ser recíproca ou até inversa.

Gráfico VII
 Relação entre o Índice Nacional de Desigualdade de Gênero
 e a Renda Familiar Per Capita Média



Fonte: Elaboração própria.

Boserup (1970) foi uma das primeiras economistas a desafiar a noção de que o desenvolvimento econômico é um processo linear benéfico para todos, defendendo a idéia de que a divisão sexual do trabalho determina os efeitos sociais do desenvolvimento e de que estes assumem diferentes formas de acordo com o estágio em que o desenvolvimento se encontra.

Em sua obra *Women`s Role in Economic Development*, Boserup afirma que a modernização da produção em países subdesenvolvidos pode provocar a perda do trabalho das mulheres, pois os produtos artesanais fabricados nas famílias e comunidades são substituídos por produtos industriais elaborados pela mão de obra masculina empregada formalmente, relegando às mulheres apenas os trabalhos domésticos.

Nesse sentido, Boserup argumenta que no estágio inicial do desenvolvimento, há deterioração do papel produtivo das mulheres e limitação das suas capacidades devido às estruturas sociais vigentes. Contudo, havendo crescimento sustentado, é possível que haja aumento da participação feminina no mercado de trabalho, devido ao conseqüente aumento de demanda por mão de obra. E com o passar do tempo, novas estruturas sociais são estabelecidas, encorajando normas não discriminatórias.

De forma similar, Eastin & Prakash (2009) sugerem que o desenvolvimento econômico e a igualdade de gênero exibem uma relação não monotônica, marcada por três fases, similar à curva de Kuznets⁵.

No estágio inicial do desenvolvimento, conferem-se melhorias relativas à empregabilidade feminina. Contudo, como a remuneração das mulheres não é correlacionada com a dos homens, à medida que a disparidade salarial aumenta, cresce também o custo de oportunidade do trabalho feminino, fazendo com que no segundo estágio a busca pela igualdade se estabilize ou diminua. Então, no terceiro estágio, o custo de oportunidade das mulheres volta a ser favorável ao emprego, supondo investimentos anteriores em capital humano, e são criados incentivos para o estabelecimento de novas regras institucionais que estimulem a igualdade de gênero.

Já Amin & Kuntchev (2012), após análise econométrica de mais de cento e vinte países, concluem que a relação entre igualdade de gênero e crescimento econômico é inversa nos países em desenvolvimento, mas é direta nos países desenvolvidos.

Apesar de ser possível que o estágio do desenvolvimento dos estados brasileiros explique os resultados do INDG, o presente trabalho não permite a análise da dinâmica do crescimento econômico de cada estado nem a avaliação da condição das mulheres brasileiras ao longo do tempo.

⁵ Ver KUZNETS (1955).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se uma avaliação quantitativa multidimensional da desigualdade entre homens e mulheres nas unidades federativas do Brasil por meio da formulação do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG), cujos resultados mostram discrepâncias consideráveis entre os estados brasileiros, principalmente no que tange à atividade econômica e à representatividade política.

Apesar dos resultados igualitários nas dimensões de Educação e de Saúde, em nenhum estado o INDG final foi igual a 1. As dimensões de Participação Econômica e de Poder Político representam no índice geral como as mulheres brasileiras, em maior ou menor intensidade dependendo do estado onde vivem, ainda não usufruem do espaço público da mesma forma que os homens, seja no mercado de trabalho ou no exercício do poder governamental.

Embora os estados do Norte e do Nordeste apresentem, em geral, melhores resultados no INDG do que os estados do Centro-Sul, não é possível uniformizar os desempenhos estaduais por região.

Além disso, pode-se afirmar que a renda parece não determinar o quão desigual é a relação entre homens e mulheres em cada estado, não sendo assim possível conceituar o status das mulheres como um resultado direto do desenvolvimento econômico.

Apesar de ser possível que o estágio do desenvolvimento dos estados brasileiros explique os resultados do INDG, o presente trabalho não permite testar para cada estado uma correlação temporal entre a dinâmica do seu crescimento econômico e a evolução da desigualdade de gênero.

Por fim, deve-se ressaltar que a desigualdade de gênero é uma estrutura fundamental da organização social, que é elaborada individual e coletivamente de forma constante, sendo assim impossível abarcar toda sua complexidade. Entretanto, embora indicadores quantitativos apresentem limitações, é essencial reconhecer sua importância para dar visibilidade a fenômenos multidimensionais de maneira simplificada.

APÊNDICE

Fontes para o cálculo dos subíndices da dimensão Poder Político:

Senadores: <http://www.senado.gov.br/senadores/>

Deputados Federais: <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa>

Deputados Estaduais:

www.aleac.net/

<http://www.ale.al.gov.br/>

<http://www.al.ap.gov.br/>

<http://www.aleam.gov.br/>

www.al.ba.gov.br

www.al.ce.gov.br/

www.cl.df.gov.br/

www.al.es.gov.br

www.assembleia.go.gov.br/

www.al.ma.gov.br/

www.al.mt.gov.br

www.al.ms.gov.br

www.almg.gov.br/

www.alepa.pa.gov.br

www.al.pb.gov.br/

www.alep.pr.gov.br

www.alepe.pe.gov.br

www.alepi.pi.gov.br

www.alerj.rj.gov.br/

www.al.rn.gov.br/

www.al.rs.gov.br/

www.ale.ro.gov.br/

www.al.rr.gov.br/

www.ale.sc.gov.br/

www.al.sp.gov.br/

www.al.se.gov.br/

www.al.to.gov.br/

Secretários e Governadores:

www.ac.gov.br

www.governo.al.gov.br/

www.amapa.gov.br/

www.amazonas.am.gov.br/

www.ba.gov.br/

www.ceara.gov.br/

www.df.gov.br/

www.es.gov.br/

www.ma.gov.br/

www.mt.gov.br/

www.ms.gov.br/

www.mg.gov.br

www.pa.gov.br

www.paraiba.pb.gov.br/

www.pr.gov.br/

www.pe.gov.br/

www.pi.gov.br/

www.rj.gov.br/

www.rn.gov.br

www.estado.rs.gov.br/

www.rondonia.ro.gov.br

www.rr.gov.br

www.sc.gov.br/

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/>

www.se.gov.br/

<http://to.gov.br/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, M. & KUNTCEV, V.. 2012. **Gender Inequality and Growth: The Case of Rich vs. Poor Countries.** Disponível em http://works.bepress.com/mohammad_amin/45 Acessado em 28/07/2012.

BENERÍA, L. 2003. **Gender, Development and Globalization: Economics as If All People Mattered.** Londres: Routledge.

BETETA, H. 2006. **What's Missing in Measures of Women's Empowerment?** *Journal of Human Development*, v. 7, 2, 221-241.

BOSERUP, E. 1970. **Women's Role in Economic Development.** New York: St. Martin's.

EASTIN, J. & PRAKASH,A..2009. **Economic Development and Gender Equality: Is There a Gender Kuznets Curve?** Disponível em <http://faculty.washington.edu/aseem/gkc.pdf> Acessado em 22/04/2012

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. 2010. **Women's Economic Opportunity – A New Pilot Index and Global ranking.** Disponível em http://graphics.eiu.com/upload/WEO_report_June_2010.pdf Acessado 12/05/2012.

FOUCAULT, M..1988. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal.

GADREY, J. & JANY-CATRICE, F.. 2005. **Les nouveaux indicateurs de richesse.** Paris: La Découverte.

HAUSMANN, R., TYSON, L. & ZAHIDI,S.. 2011. **The Global Gender Gap Report 2011.** Genebra: Fórum Econômico Mundial.

KLASEN, S. & SCHULER, D.. 2011. **Reforming the Gender-Related Development Index and the Gender Empowerment Measure: Implementing Some Specific Proposals.** *Feminist Economics*, v. 17, 1, 1- 30.

KLASEN, S. & WINK, C.. 2003. **Missing Women: Revisiting the Debate.** *Feminist Economics*, v. 9, 2-3, 263- 299.

KUZNETS, S. 1955. **Economic Growth and Income Inequality.** *American Economic Review*, v.45, 1, 1-28.

MILLS, M. 2010. **Gender Roles, Gender (In)equality and Fertility: An Empirical Test of Five Gender Equity Indices.** *Canadian Studies in Population*, v. 37, 3, 445-474.

MOSER, A.. 2007. **Gender and indicators, Overview Report.** Sussex: BRIDGE Publications, Institute of Development Studies.

SCOTT, J.. 1986. **Gender: a useful category of historical analysis.** *American Historical Review*, v. 91,5, 1053-1075.

SOARES, C.. 2010. **Índices de Desenvolvimento de Gênero: uma análise do avanço social das mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação.** Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_12/abep2010_2178.pdf Acessado em 20/05/2012.

SOCIAL WATCH. 2007. **Gender Equity Index.** Disponível em <http://www.socialwatch.org/taxonomy/term/527> Acessado em 12/05/2012.

SZÉKELY, M. & HILGERT, M.. 2007. **What's Behind the Inequality We Measure? An Investigation Using Latin American Data.** *Oxford Development Studies*, v. 35, 2, 197-217.

UNDP. 2011. **Human Development Reports: Gender Inequality Index.** Disponível em <http://hdr.undp.org/en/statistics/gii/> Acessado em 12/05/2012.